

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Andressa da Silva

***VINDICACION FEMINISTA NA SALA DE AULA: AS LUTAS FEMINISTAS
NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO ESPANHOLA (1976-1977)***

ALFENAS/MG

2024

Andressa da Silva

**VINDICACION FEMINISTA NA SALA DE AULA: AS LUTAS FEMINISTAS NO
PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO ESPANHOLA (1976-1977)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Sob orientação da Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

ALFENAS/MG

2024

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Silva, Andressa da .

Vindicação Feminista na sala de aula : as lutas feministas no processo de redemocratização espanhola (1976-1977) / Andressa da Silva. - Alfenas, MG, 2024.

74 f. -

Orientador(a): Marta Gouveia de Oliveira Rovai.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2024.

Bibliografia.

1. Feminismo. 2. Franquismo. 3. Imprensa feminista. 4. Ensino de história. 5. Vindicação Feminista. I. Rovai, Marta Gouveia de Oliveira, orient. II. Título.

ANDRESSA DA SILVA

VINDICACION FEMINISTA NA SALA DE AULA: AS LUTAS FEMINISTAS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO
ESPAÑHOLA (1976-1977)

O(A) Presidente da Banca Examinadora abaixo indicada assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovada em: 29 de abril de 2024.

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL-MG)

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Marcelo Hornos Steffens

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Claudia de Jesus Maia

Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros



Documento assinado eletronicamente por **Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Professor do Magistério Superior**, em 06/05/2024, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1241058** e o código CRC **B345B9E0**.

AGRADECIMENTOS

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” ou “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

RESUMO

Esta pesquisa busca refletir sobre a produção feminista, escrita, de segunda onda, expressa na imprensa espanhola e para tal selecionamos o periódico *Vindicacion Feminista*, que circulou de 1976 a 1979, e se constitui uma importante fonte histórica, pois esteve entre os primeiros jornais dirigidos às mulheres e feito por mulheres na Espanha no processo de redemocratização que colocou fim ao regime franquista. A partir da análise das propostas feministas, numa fonte impressa dirigida ao público de mulheres no momento de transição para a democracia, produzimos um e-book em um modelo de livro paradidático com a finalidade de promover reflexões quanto ao franquismo e ao feminismo no ensino de história, sob a perspectiva feminina/feminista. A intenção não foi analisar toda a produção da Revista, mas suas primeiras publicações, de forma a compreender seu posicionamento diante de um mundo profundamente machista e autoritário, na década de 1970. Dessa forma, procuramos contribuir para a construção de um debate ausente até então e que rompe com a visão universal masculina dos fatos históricos, trazendo para a sala de aula a perspectiva de que as mulheres tiveram papel fundamental na luta contra autoritarismos, no caso o espanhol.

Palavras-chave: feminismo, franquismo, *Vindicacion Feminista*, imprensa feminista, ensino de história.

RESUMEN

Esta investigación busca reflexionar sobre la producción escrita feminista de la segunda ola, expresada en la prensa española y para ello seleccionamos el periódico *Vindicación Feminista*, que circuló de 1976 a 1979, y constituye una fuente histórica importante, ya que estuvo entre los primeros. Periódicos dirigidos a mujeres y elaborados por mujeres en la España del proceso de redemocratización que puso fin al franquismo. A partir del análisis de propuestas feministas, en un soporte impreso dirigido a las mujeres en el momento de la transición a la democracia, elaboramos un libro electrónico en modelo de libro paradidáctico con el propósito de promover reflexiones sobre el franquismo y el feminismo en la enseñanza de la historia, desde una Perspectiva femenina/feminista. La intención no fue analizar toda la producción de la Revista, sino sus primeras publicaciones, con el fin de comprender su posicionamiento frente a un mundo profundamente sexista y autoritario, en la década de 1970. De esta manera, buscamos contribuir a la construcción de un debate hasta entonces ausente y que rompe con la visión masculina universal de los hechos históricos, trasladando a las aulas la perspectiva de que las mujeres jugaron un papel fundamental en la lucha contra el autoritarismo, en este caso el español.

Palabras Clave: feminismo, franquismo, *Vindicación Feminista*, prensa feminista, enseñanza de la historia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS LUTAS FEMINISTAS NO PROCESSO DE REMOCRATIZAÇÃO ESPAÑHOLA (1976-1977) – TEMA PARA UM OBJETO DE APRENDIZAGEM.....	13
2.1	APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM.....	13
2.2	OBJETO DE APRENDIZAGEM: E-BOOK PARADIDÁTICO	20
2.3	DA ACADEMIA PARA A SALA DE AULA	45
3	O FEMINISMO NA ESPANHA E A REVISTA VINDICACION FEMINISTA.	51
3.1	FEMINISMO E GÊNERO	51
3.2	O MOVIMENTO FEMINISTA ESPAÑHOL.	55
3.3	USOS DA IMPRENSA E DA IMPRENSA FEMINISTA NA HISTÓRIA.....	61
3.4	APRESENTANDO O PERIÓDICO <i>VINDICACION FEMINISTA</i>	65
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a luta e a participação das mulheres feministas no processo de redemocratização na Espanha, após o fim do período franquista, em 1975. Para tal utilizaremos como fonte histórica a revista espanhola *Vindicacion Feminista*, fundada em julho de 1976, em Barcelona, por Carmen Alcalde e Lidia Falcón. A publicação foi composta de 30 edições que circularam de 1976 a 1979, no período histórico de transição na Espanha, pós-imediato à queda da ditadura Franquista e início da democracia.

Conforme Marinho (2014), após o fim da Guerra Civil em 1939, os nacionalistas assumiram o poder no país e Francisco Franco se tornou o chefe do Estado. Com o início da Ditadura, a Espanha não se tornou apenas um país dividido em duas partes e composto por grupos rivais (nacionalistas/franquistas x republicanos), mas sim, uma nação formada por ideologias excludentes, sendo que os dois lados lutavam pelo mesmo ideal: uma nova Espanha. Porém, seus pressupostos ideológicos eram diferentes e nessa disputa, com a vitória dos franquistas, o silêncio foi imposto aos opositores através de violência física, humilhações, controle, intimidação e coerção religiosa, sendo a Igreja Católica a instituição que mais contribuiu para a socialização do regime ditatorial. Assim, a chave principal para a imposição do novo regime foi a repressão, sendo a mesma aplicada em benefício da ordem, pátria e da religião católica.

Marinho (2014) aponta que sua vitória no conflito interno do país, deveu-se muito ao apoio dos exércitos fascistas de Hitler e Mussolini, sendo que a Espanha quase participou da Segunda Guerra Mundial ao lado do Eixo. Nesse contexto, a história da falta de liberdades de expressão na Espanha franquista reside em uma série de acontecimentos sociais, políticos, culturais e ideológicos no período de ascensão das direitas e extrema direitas no âmbito internacional.

Segundo Larumbe (2009) muitas conquistas que hoje parecem evidentes para as mulheres, há apenas trinta anos, era impensável para muitas, principalmente na Espanha, que era um país dominado por uma ditadura que tentou até o último momento, reduzir as mulheres ao papel de mãe e esposa fiel. O estabelecimento do regime de Franco (1939-1975) foi acompanhado para as mulheres por um declínio e um retraimento no espaço doméstico.

Segundo Gutiérrez e Grecco (2020), com o fim da Guerra Civil Espanhola muitos dos avanços legais em relação à busca pela diminuição das desigualdades sexuais do período republicano, que foram alcançados em virtude da pressão das próprias mulheres, foram anulados com a chegada do general Franco ao poder e de seus aliados, especialmente a igreja

católica. Nesse contexto de pós-guerra, a população feminina foi submetida a sérias restrições políticas, culturais, laborais, econômicas e sociais, contidas nas novas políticas estatais.

Gutiérrez e Grecco (2020), afirmam que a ditadura do general Francisco Franco se esforçou em anular todos os registros legislativos e de emancipação feminista da etapa anterior, o que proclamou o papel subordinado das mulheres. A consolidação do regime de Franco pressupôs a (re)apropriação de um discurso de gênero hegemônico destinado à educação e ao cuidado da família, relegando as mulheres, mediante uma série de políticas de gênero, ao confinamento privado. Assim, o franquismo reforçou a ideia da supremacia masculina recorrendo à discriminação legal e às restrições laborais/trabalhistas, entre outras políticas, a fim de excluir as mulheres discursivamente da dimensão pública. Com o silêncio forçado das mulheres, qualquer alternativa possível em relação à visão masculina hegemônica do mundo foi excluída. Dentro dos limites dessa realidade única, foi plausível aceitar a existência de uma única “verdade” e uma única forma objetiva de aproximar-se a ela. Os arquivos oficiais acabaram por instituir como “oficialidade” um espaço de poder marcadamente masculino. Assim, as mulheres facilmente foram e são excluídas dos relatos historiográficos por “falta de documentação”, como se essa constatação fosse algo com o objetivo de colocar as mulheres em um lugar tradicionalmente, em que as vozes femininas estão sub-representadas.

Conforme apontam Gutiérrez e Grecco (2020), a situação das mulheres ofereceu um panorama desolador e significou, para muitas delas, uma condenação ligada à repressão, ao exílio, ao silêncio e à censura. Os discursos teóricos acerca dos modelos de feminilidade e masculinidade reconhecidos pela ditadura de Franco implicaram a transição do modelo feminino republicano anterior à guerra a um arquétipo baseado na domesticidade e focado na maternidade, fazendo com que grupos de mulheres aderissem ao tradicionalismo do regime. Porém, esse discurso ideal de mulher construído pela ditadura caberia especificamente a mulher de classe média e alta e entraria em numerosas contradições com a vida diária que a maioria das espanholas experienciava, especialmente aquelas pertencentes às classes mais baixas da população. Diante disso, muitas mulheres organizaram resistências, pois nem todas assumiram os postulados de gênero da mesma maneira nem reagiram de maneira homogênea. Em muitas ocasiões, a experiência coletiva das mulheres, para além das paredes do lar, evidenciou que a suposta separação entre esfera pública e privada era muito mais complexa e difusa.

De acordo com Mariano (2017) paulatinamente a tradicional imagem de mãe de família impostas por Franco e pela influência da igreja católica, foram sendo postas em causa pelas próprias mulheres, sobretudo através das suas práticas cotidianas. Cada vez mais mulheres das camadas populares procuravam uma atividade remunerada fora de casa, fosse nas fábricas, na

agricultura, no comércio ou como criadas de servir. As da classe média, quando ainda solteiras, investiam na sua formação, esperando assim conseguir um emprego que lhes garantisse um rendimento e não as tornasse tão dependentes financeiramente do pai, do irmão mais velho, do tutor legal ou do marido. O que permitiu ganhar uma consciência de grupo (que até então elas não possuíam) e capacidade reivindicativa.

Marinho (2014) aponta que Franco ficou no poder na Espanha até sua morte em 1975 e a partir deste momento teve início o processo de redemocratização no país, conduzido a partir do poder e realizado com o consentimento expectante da maioria da sociedade espanhola. Neste período o ideal divulgado era o esquecimento na Transição democrática, no qual o esquecimento do passado traumático foi defendido em favor de uma reconciliação entre os povos.

Embora todo o processo de redemocratização tenha sido conduzido a partir do poder, Larumbe (2009) aponta que dentro desse cenário, algumas minorias conseguiram se mobilizar e promover mudanças, uma dessas minorias sociais eram as feministas. O estudo do feminismo nesta conjuntura é especialmente importante, uma vez que ele não apenas questionou aspectos que afetavam exclusivamente as mulheres, mas sim a partir deles, questionou boa parte dos valores dominantes.

Para Larumbe (2009), no momento presente existe um interesse especial em compreender os processos de mudança durante o período da história recente espanhola, conhecido como Transição. Nesse sentido é fundamental recorrer uma fonte como a *Vindicacion Feminista* por se tratar de uma fonte riquíssima para se compreender o movimento feminista na Espanha e o processo de redemocratização vivenciado e escrito pela visão feminina.

De acordo com Larumbe (2009) a transição é um fenômeno relativamente recente e ainda é um assunto que não foi estudado em profundidade. É neste período que devemos situar o despertar do feminismo de segunda onda espanhol. Larumbe (2009) ressalta que conceitos como opressão, sexismo, patriarcado, mulheres, classe e outros, surgem na Transição como produto de uma reflexão que partindo principalmente do marxismo, iluminou uma abordagem revolucionária do problema das mulheres, dando-lhe uma dimensão política que até então não existia.

Estudamos em nossa fonte a participação feminina a partir do contexto político e social do final da década de 1970. Problematizamos por meio deste veículo da imprensa, uma parte da história do feminismo espanhol, compreendendo como este movimento emergiu logo após um período de longa ditadura, ressaltando seu engajamento na luta por transformações sociais,

pela redemocratização, e também por questões específicas das mulheres, como a educação feminina e luta por salários para as domésticas. Reconhecemos em nossa fonte diversas formas de pensar a mulher na sociedade, que pode contribuir para compreender a situação da mulher no contexto espanhol e suas demandas no final da década de 1970. Dessa forma buscamos inserir a mulher na historiografia como sujeito ativo e procuramos identificar as mulheres fora de enquadramentos estritamente normativos, contribuindo para construção de identidades múltiplas.

Colocamos o movimento feminista espanhol no centro dos estudos que pretendemos realizar, produzindo um trabalho focado nessas protagonistas sociais. Para tal trabalhamos com a fonte histórica *Vindicacion Feminista* nos anos de 1976 – 1977, por se tratar do pós imediato à morte de Franco e o recorte do feminismo e gênero. Com análises da imprensa feminista, abordamos sua organização e estrutura interna (com suas temáticas, editoriais, reportagens) e suas relações com o movimento feminista e democrático. Importa a temporalidade da fonte e o discurso construído pelo grupo de mulheres que produziram a fonte periódica, seus interesses, bem como a influência que o jornal exerce em seu contexto, dialogando com a redemocratização.

Também se constituiu como um objetivo de nossa pesquisa a produção de um e-book em formato de livro paradidático que reflita sobre a produção escrita feminista de “segunda onda” (1976-1977) na Espanha, que aborde temas da fonte histórica: *Vindicacion Feminista*. Por meio deste objeto de aprendizagem espera-se contribuir para o ensino de história abordando o franquismo, as relações políticas e de gênero sob a perspectiva feminista do período considerado.

Pretendemos que o aluno compreenda principalmente as conquistas de direitos políticos, sociais e civis associados à atuação de movimentos sociais enfatizando o protagonismo feminino. Buscamos romper com a história masculina e com vários apagamentos da história, apresentando o ponto de vista feminino, mas também evidenciando o contexto contemporâneo de redemocratização da Espanha, que é um tema pouco tratado em história na sala de aula, contribuindo assim para a formação de um debate ausente até então.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: Primeiro a introdução ao objeto de aprendizagem, em que justificamos a escolha do modelo do livro paradidático e do público alvo para abordagem, além de abordar os objetivos do objeto de aprendizagem. Na sequência apresentamos o objeto de aprendizagem em si, no formato de e-book, uma produção com dimensão de instrumento de pesquisa e caderno de exercícios. Seguido pelo conteúdo de sugestões para utilizar esse objeto de aprendizagem em sala de aula, por meio do uso de fontes

históricas como recurso didáticos, problematizações e algumas metodologias. Por fim, expomos a pesquisa historiográfica sobre o feminismo na Espanha e a história da revista *Vindicacion Feminista*.

Gostaríamos de registrar que houve algumas dificuldades para a realização desta pesquisa, como a falta de referências bibliográficas que abordassem temas como o feminismo espanhol, a imprensa feminista e a Transição espanhola, sendo bastante complicado para nós encontrar autores e autoras de textos acadêmicos que pudessem dar legitimidade e suporte para nossa pesquisa. Essas dificuldades nos permitiram perceber que ainda é um tema delicado para os espanhóis falarem e produzirem conhecimento sobre o franquismo e os acontecimentos que se sucederam após aqueles anos.

2 AS LUTAS FEMINISTAS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO ESPANHOLA (1976-1977) – TEMA PARA UM OBJETO DE APRENDIZAGEM.

2.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM

Menéndez (2019) afirma que as mulheres foram sistematicamente excluídas, tanto como protagonistas dos diferentes acontecimentos, como no seu papel de criadoras e pensadoras. O silêncio clamoroso sobre as mulheres jornalistas e especialmente a mídia feminista, publicações ou referências, durante os últimos anos do regime de Franco e a Transição é notável, o que faz parecer que as mulheres não participaram do debate público durante este período histórico. De acordo com Menéndez (2019), a não referência à presença de mulheres na história do periodismo espanhol e em processos de mudança social, constituiu uma inércia ainda não considerada pela Academia, para usar um olhar parcial, só masculino, na hora de organizar e transmitir conhecimentos.

Menéndez (2019) aponta que apesar do silêncio que os livros de história ainda mantêm sobre o aspecto da difusão do feminismo e sua contribuição essencial, não só para as mulheres, mas para a sociedade espanhola como um todo. Este período histórico da Espanha não pode ser compreendido sem a obra das mulheres em geral, do feminismo em particular da história da *Vindicación Feminist*.

A história é um relato marcado por relações de poder e de acordo com Colling (2004) os historiadores hierarquizaram a história, com o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio, a História transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se elas estivessem fora do tempo, fora dos acontecimentos. Para Fonseca (2003) é preciso considerar o processo de simplificação no âmbito da difusão do conhecimento histórico que implica tornar definitivas, institucionalizadas e legitimadas pela sociedade, determinadas visões e explicações históricas.

Essas representações transmitidas simplificadamente trazem consigo a marca da exclusão. O processo da exclusão inicia-se no social, em que “alguns atos” são escolhidos e “outros” não, de acordo com os critérios políticos. Na academia, o trabalho do historiador pode tanto excluir como recuperar ou resgatar “atos” excluídos; no livro didático o processo de exclusão de ações e sujeitos faz parte da lógica de didatização. (FONSECA, 2003, p.53).

Segundo Colling e Tedeschi (2015) a invisibilidade do feminino é um fato detectado em qualquer manual de ensino de história e devido a essa defasagem, objetivamos trabalhar no

objeto de aprendizagem as mulheres como agentes históricos, atuantes e produzindo a história no processo da Transição democrática espanhola.

Pensar, discutir, escrever, falar sobre as relações de gênero junto com o ensino da história é uma tarefa urgentíssima. Se entendermos que é necessário modificar a cultura em relação ao que pensamos sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres, dois lugares de mudança de mentalidades são fundamentais: o lar no qual, meninos e meninas recebem as primeiras noções do que é ser homem/ser mulher e o papel que cabe a cada um (a) na sociedade; e a escola, onde as desigualdades de gênero são plantadas ou reafirmadas. (COLLING, TEDESCHI, 2015, p. 299).

Colling e Tedeschi (2015) afirmam que falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos e que desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias, é um dos desafios permanentes do ensino da história hoje. Acreditamos que incluir as mulheres no processo histórico e no ensino de história, não significa apenas incluir a metade da humanidade, mas democratizar a história, pois, trabalhar o ensino da história das mulheres e as discussões de gênero é muito mais do que escrever a real história social de uma dada sociedade, porque essa categoria de análise é transdisciplinar, atravessando todos os campos, como a história econômica, a história política e, especialmente, a história cultural.

De acordo com Perrot (1995) até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. Há, nessa história, uma espécie de encobrimento do âmbito privado e do cotidiano.

Para Hooks (2020) a maioria das pessoas em sociedade não tem compreensão básica sobre o feminismo, não por ter rejeitado a mensagem, mas porque elas não conhecem a mensagem. *“Tudo o que sabe sobre feminismo entrou na vida das pessoas por terceiros, que de fato acontece e sobre o que é de verdade. Na maioria das vezes, pensam que feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens.”* (HOOKS, 2020, p. 12).

Segundo Hooks (2020) desde a infância se destaca os papéis de sexo e a maneira como eles eram impostos às crianças desde o nascimento. Para essa autora (2020) é preciso criar uma literatura que ajuda a informar a multidão de pessoas, que ajuda indivíduos a compreender o pensamento e as políticas feministas, principalmente direcionados à cultura jovem.

A literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para a conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas. E, com muita frequência, os pensamentos retrógrados sobre gênero continuam sendo a norma nos parquinhos. A educação pública para crianças precisa ser local onde fazem o trabalho de criar currículos sem preconceitos. (HOOKS, 2020, p. 46)

Hooks (2020) aponta que ao falharmos na criação de um movimento educacional para ensinar o feminismo como algo importante na vida de todo mundo, permitimos que a mídia de massa patriarcal permanecesse como principal local em que as pessoas aprendem sobre o feminismo, e a maioria é negativa. Segundo essa autora (2020) o elitismo moldou o pensamento feminista, pois a maioria das teóricas feministas desenvolveram trabalhos no contexto da universidade. Dessa forma a maioria não escreve livros infantis, não ensina em escolas fundamentais ou de ensino médio nem sustenta uma influência poderosa que tenha impacto construtivo no que é ensinado em escolas públicas.

De acordo com Hooks (2020) ao ouvir todas as reclamações sobre a teoria feminista ser “muito acadêmica” ou “cheia de palavras que as pessoas não entendem”, torna-se necessário a explicação do pensamento feminista de uma forma fácil. Dessa forma propomos em nosso objeto de aprendizagem uma educação que ensine sobre o feminismo, sobre gênero e sobre mulheres, para construção de uma consciência crítica, que permita analisar o sexismo e criar estratégias para novos modelos de interação social, a partir de uma perspectiva não tendenciosa.

A partir da análise da fonte e do produto desenvolvido com a pesquisa, construímos um e-book em formato de livro paradidático, que visa contribuir nas dinâmicas pedagógicas para se trabalhar o feminismo nas escolas e no ensino de história, inserindo a participação das mulheres no contexto social e político, do período abrangido pela pesquisa.

A história da Espanha é tratada no ensino de história apenas no processo de colonização da América latina, e o fascismo e a ditadura de Franco são abordados de forma muito superficial nas escolas, geralmente atrelado ao tema dos regimes autoritários na Europa. Buscamos romper com a história masculina e com vários apagamentos da história, apresentando o ponto de vista feminino, mas também evidenciando o contexto contemporâneo de redemocratização da Espanha, que é um tema pouco tratado em história na sala de aula, contribuindo assim para a formação de um debate ausente até então. Com a pretensão de que os alunos compreendam principalmente como o autoritarismo tratou as mulheres na Espanha e como elas se organizaram para conquistarem seus direitos e participarem das políticas públicas.

De acordo com Fonseca (2003) o livro didático é, de fato, o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que

tem acesso à educação escolar. Possuindo também uma relação contraditória, alguns educadores, ao se referirem ao uso recorrente do livro didático, afirmam: “Ruim com ele, pior sem ele”. Para Fonseca (2003) não é possível conduzir o ensino de disciplinas como a história sem texto escrito, a principal fonte e ferramenta de ensino e aprendizagem de história. Logo, essa atitude requer a organização de textos alternativos e implica uma revisão das formas de uso dos livros didáticos.

Fonseca (2003) afirma que foi constatado um duplo movimento de renovação em relação ao livro didático, o primeiro tratava-se de rever e aperfeiçoar o livro didático de história, ajudando aquela mercadoria altamente lucrativa aos novos interesses dos consumidores. O outro movimento foi o lançamento de novas coleções denominados paradidáticos, tornaram-se um novo campo para as publicações dos trabalhos acadêmicos. A nova produção historiográfica, abordando temas até então pouco estudados, tornou-se mercadoria de fácil aceitação no mercado de livros. Essa autora (2004) aborda que houve uma ampliação do número de publicações de livros paradidáticos também devido aos especialistas do meio acadêmico, atraídos pela lógica do mercado, aliaram-se às editoras, buscando “socializar” o chamado saber histórico erudito.

Segundo Fonseca (2004) com as mudanças operadas no ensino de história nas últimas décadas do século XX, houve uma adoção em massa de livros didáticos, incentivada pelo Estado e pela indústria editorial brasileira, que continua em plena expansão, por meio dos incentivos estatais e a política do Ministério da Educação de avaliação permanente da qualidade das obras e coleções, que possibilita oferecer aos professores e às escolas em geral, opções e critérios para a escolha do material mais adequado às diferentes realidades.

Escolhemos o modelo do livro paradidático por ser um elemento poderoso e determinante no ensino básico brasileiro e por possuir um campo comercial de publicação significativo. Também acreditamos que os livros paradidáticos podem ser uma ferramenta mais acessível, levando em consideração o limite de recursos de cada escola, e trabalhamos com a possibilidade de reinvenção das relações professor, aluno, livro didático e conhecimento historiográfico acadêmico.

Para Bittencourt (2004) a produção didática brasileira, em razão da inexistência de um único currículo obrigatório e da extensa e diferenciada população escolar, tem-se caracterizado pela elaboração de uma variedade de textos escolares e se especializado na confecção de livros paradidáticos. Segundo dados das editoras, a história é uma das disciplinas que contam com o número mais elevado de títulos paradidáticos, e essa produção continua a crescer, em consequência da indefinição de conteúdos propostos para o ensino fundamental e médio.

Bittencourt (2004) aborda que nem sempre as práticas de leitura e de estudo do livro didático e paradidático são consideradas prazerosas, pois o aluno estuda no livro didático para as avaliações, mas dificilmente recorre a ele para uma leitura livre, para adquirir espontaneamente conhecimentos. Nossa proposta de ser um material reutilizável e não de uso imediato apenas, é uma produção com dimensão de instrumento de pesquisa e busca o comprometimento do professor com a autonomia intelectual dos alunos, fornecendo-lhes ferramentas para saber pesquisar. Dessa forma esse material poderá ser usado como material de pesquisa e referencial para busca de informações, além de poder ser constantemente usado em outros momentos do processo de escolarização.

Segundo Fonseca (2004) diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido o maior desafio dos professores de história na atualidade. Portanto, nos propomos aqui a pensar diferentes linguagens no processo de ensino de história, como forma de expressão de lutas, força, dinâmica e experiência histórica.

O ensino de história é um espaço completo, no qual atuam diferentes propostas de saber e poder, cabendo aos professores de história o papel fundamental de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento crítico e reflexivo, para a construção da cidadania e para a consolidação da democracia entre nós. (FONSECA, 2004, p. 56).

Pela nossa compreensão, o público da educação básica que melhor se encaixa ao Objeto de Aprendizagem é o terceiro ano do Ensino Médio, seja pela habilidade cognitiva desenvolvida ao final do ensino médio, de compreender processos políticos e sociais complexos. Mas também pelo currículo de Minas Gerais considerar pertinente nessa faixa etária do ensino, o estudo de temas referentes ao autoritarismo e história do feminismo, que perpassam essa pesquisa.

A escolha de se trabalhar este Objeto de Aprendizagem no terceiro ano do ensino médio, se apoia na habilidade (EM13CHS502), que trata de analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, propondo ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais. Discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades e reconhecendo as manifestações culturais de resistência aos governos autoritários. Também abordaremos a habilidade (EM13CHS503) *“Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos”*. (CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS

GERAIS, 2020, p.254). Que visa à análise do patriarcado e a constituição das desigualdades (racismo institucional e estrutural e o mito da democracia racial) e a identificação da violência institucional dos Estados (política, social e cultural).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6 Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (CURRÍCULO REFERÊNCIA MINAS GERAIS, 2020, p. 257).

Consideramos importante destacar a competência específica 6 do Currículo Referência de Minas Gerais, que apresenta temas de organização e de articulação política em defesa da autonomia, da liberdade e da democracia e tem como objetivo o reconhecimento das lutas, resistências e dos movimentos sociais das minorias. Possui a habilidade (EM13CHS602) que iremos desenvolver no Objeto de Aprendizagem, que diz respeito a identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo e do autoritarismo na política, na sociedade e nas culturas, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

Apesar das críticas a feitas a BNCC (Base Nacional Comum Currículo) e ao Currículo referência de Minas Gerais para o Ensino Médio, optamos por trabalhar com esses currículos, pois eles apontam a importância de desenvolver competências e habilidades socioemocionais junto aos estudantes, que estão relacionadas à capacidade de expressão de emoções/sentimentos e relacionamentos, sendo essenciais nas relações sociais, na tomada de decisões e na forma de enfrentar situações adversas. Desta forma, este material estará de acordo com as competências básicas 7, 9 e 10 da BNCC.

7. Argumentação

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

9. Empatia e cooperação

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Responsabilidade e cidadania

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2018, s/p).

Utilizamos a análise de fontes históricas como recurso didático, estimulando a capacidade de leitura e interpretação crítica dos estudantes. Além disso, as fontes a serem trabalhadas estimulam uma ampliação do repertório cultural dos alunos, para que eles possam posicionar-se de forma crítica, sabendo lidar com diferentes opiniões expressas em diferentes fontes e situações de forma a abrir-se para conhecer o outro e seus motivos, contribuindo com a democracia, direitos humanos e cidadania na contemporaneidade.

Objetivamos que com o objeto de aprendizagem o aluno de educação básica identifique e compreenda como se deu o feminismo de segunda onda na Espanha, expresso na revista *Vindicacion Feminista*, provocando um debate que rompa com a história tradicional, que coloca como foco de manifestação do feminismo apenas países como Estados Unidos e França. Dessa forma evidenciamos que o movimento social do feminismo, esteve presente mais ou menos ao mesmo tempo em diversas partes do mundo enquanto um movimento social, bem como em países ibéricos.

Se constitui um problema pedagógico a dificuldade em aprender sobre história das mulheres e as deturpações que são produzidas sobre o que é o feminismo. Muitas vezes professores têm dificuldade de abordar o tema e acabam falando sobre a participação feminina na história apenas em datas específicas do ano. Devido ao maior apelo de leis de inclusão, existem atualmente tentativas dos livros didáticos de inserir as mulheres na história, mas tem sido feito geralmente como um box separado do texto central ou ao final do capítulo a ser trabalhado, dessa forma o conteúdo é estudado como um apêndice do tema central. Há pouco tempo a desigualdade entre homens e mulheres só era discutida nos dias em torno do oito de março – dia internacional da mulher. Atualmente, entretanto, pautas de mulheres têm tomado conta dos debates políticos o ano todo e esta é uma vitória do feminismo.

A celebração de marcos simbólicos de lutas e resistências, que ocorrem em eventos específicos em todos os níveis e modalidades de ensino, não pode ser o único momento em que as questões de gênero estejam em evidência. Lembrar de formas de violência histórica ou de “contribuições” de mulheres, ou negro(a)s, indígenas e pessoas LGBTQIA+ de modo fragmentado ou destituído de questionamento sobre uma “história única” e colonizada, e orientado por datas, esvazia a potência da performatividade cotidiana que está inserida na configuração dessa categoria. (ROVAI; MEDEIROS, p. 146, 2021)

Espera-se que os professores tenham um material que seja uma referência para trabalhar o feminismo no ensino de história e que contribua nas dinâmicas pedagógicas inserindo a participação das mulheres no contexto social e político, do período abrangido pela pesquisa. Nossa intenção é facilitar o acesso à informação, proporcionando reflexões e esclarecimentos.

Acreditamos que os alunos poderão aprender com esse material, de forma simples sobre as lutas e contribuições feministas para toda a sociedade na contemporaneidade, contribuindo também para a inserção da diversidade no ensino de história.

Com o produto da análise da pesquisa, criamos o e-book em formato de livro paradidático, em que utilizamos trechos como reportagens, imagens e charges retirados da fonte histórica *Vindicación Feminist* traduzidos livremente para o português pela mestrandia, assim como outras referências de apoio que busquem evidenciar os processos do feminismo espanhol, proporcionando apoio científico e didático. A configuração escolhida para oportunizar o acesso ao produto didático é em arquivo PDF (Portable Document Format), que foi pensado para alcançar dois meios de utilização, tanto em formato impresso quanto em arquivo digital, que poderá ser projetado ou utilizado em laboratório de informática, se a escola possuir dispositivos eletrônicos com leitor compatível com esse formato de documento.

O e-book em formato de livro paradidático é composto de 23 páginas com 2 temas: 1. A Espanha após o franquismo e 2. O Preconceito com a mulher. Estes capítulos foram escolhidos devido sua relevância e constância dentro do periódico estudado, eles poderão ser abordados em aproximadamente seis aulas de história de 50 minutos. Composto de textos de reportagens, imagens, charges e questões para reflexão, este e-book sistematiza os termos e conceitos, bem como as categorias e critérios de análises empregadas. O Objeto de aprendizagem poderá ser utilizado por todas as disciplinas da área de conhecimento das ciências humanas, mas também poderá ser utilizado pela disciplina de língua portuguesa, por possibilitar interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso e reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

2.2 OBJETO DE APRENDIZAGEM: E-BOOK PARADIDÁTICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
Programa de Pós-Graduação em História Ibérica

Andressa da Silva

OBJETO DE APRENDIZAGEM:
AS LUTAS FEMINISTAS NA TRANSIÇÃO ESPANHOLA (1976-1977)

Alfenas/MG

2024

SUMÁRIO:

1	APRESENTAÇÃO.....	3
2	TEMA 1: A ESPANHA APÓS O FRANQUISMO.	4
2.1	Texto 1. A soberania de um povo.	4
2.2	Texto 2. Depois de Franco, o Franquismo?	5
2.3	Texto 3. A Oposição em colaboração com o governo.	6
2.4	Agora É Com Você!.....	8
3	TEMA 2: O PRECONCEITO COM A MULHER.....	8
3.1	Texto 1. A Personalidade Das Mulheres	8
3.2	Texto 2. O Brinquedo Indutor.....	11
3.3	Artes Gráficas: Charges e Imagens	15
3.4	Agora É Com Você!.....	22
4	SUGESTÃO DE ATIVIDADE AVALIATIVA!	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	23
	REFERÊNCIAS.....	24

1 APRESENTAÇÃO.

Olá, estudante! Este material foi produzido para o ensino de História, com temáticas que envolvem o autoritarismo, feminismo, ditaduras e história ibérica. Muitas conquistas que hoje parecem evidentes há apenas trinta anos, era impensável para muitos, principalmente na Espanha, que era um país dominado por uma ditadura que tentou até o último momento, reduzir as mulheres somente ao papel de mãe e esposa fiel. Nesse material didático iremos aprender sobre a luta e a participação das mulheres feministas no processo de redemocratização na Espanha, e para tal utilizaremos trechos de reportagens, imagens e charges de uma fonte histórica, a revista espanhola *Vindicación Feminista*. Esta revista foi fundada em julho de 1976 em Barcelona, por Carmen Alcalde e Lidia Falcón e foi composta de 30 edições que circularam de 1976 a 1979. Trata-se de um importante veículo da imprensa produzido por mulheres no período histórico de transição na Espanha, pós-imediato à queda da ditadura de Franco e início da democracia. O estudo do feminismo nesta conjuntura é relevante, uma vez que ele não apenas questionou aspectos que afetavam exclusivamente as mulheres, mas sim a partir deles, questionou boa parte dos valores dominantes da sociedade. Vamos lá entender quais eram as reivindicações das mulheres dessa época? Conto com você até o final desse estudo.

2 TEMA 1: A ESPANHA APÓS O FRANQUISMO.

2.1 Texto 1. A soberania de um povo.

A reportagem a seguir foi retirado da edição de número 8 da revista *Vindicación Feminista* de 1977 na página 16, faz parte da coluna “Ibéria” e foi escrita pela colaboradora feminista L.F.

Apesar do silêncio desde 1939, ter governado como norma constante o povo espanhol, na sua participação nos assuntos públicos, três plebiscitos se sucederam nos trinta e sete anos do regime de Franco e pós-Franco.

Em 3 de julho de 1947, oito anos, dois meses e três dias após o anúncio da vitória, os sofrendores espanhóis foram convidados a declarar se concordavam que a Espanha se tornaria um reino. Não foi necessário fazer mais propaganda do que a imprensa, para obter um estrondoso sucesso do sim, com o qual a anti-Espanha, a maçonaria judaico-marxista, a barbárie vermelha e a Espanha católica foram ressuscitadas e consolidadas para sempre, tradicionalista e em defesa da civilização ocidental.

Contudo, os poucos imprudentes, algumas centenas de milhares, que ousaram votar: Não, foram apenas um sintoma de que as ervas daninhas nunca morrem, ou de que o ouro de Moscou continuou a comprar alguns poucos votos. Não houve abstenções. Os heróis eram escassos. Principalmente quando a caixa que credenciava ter cumprido o dever de votar estava carimbada nos cartões de racionamento, dos quais sobrevivia a maioria da população.

No dia 14 de dezembro de 1966, mais uma vez nós, espanhóis, tivemos que aprovar as sábias decisões do nosso governo. Em destaque estava a Lei Orgânica do Estado que regulamentaria a Sucessão após a morte de Franco. A questão não era: você quer um sucessor? O que a televisão, os outdoors, os impressos e o rádio, no dia a dia nos faziam entender é que tínhamos que responder se queríamos PAZ OU GUERRA. VOTE PAZ era o slogan do poder.

A oposição, representada majoritariamente pelo Partido Comunista, defendeu a abstenção e alcançou uma embaraçosa taxa de abstenção de 11 por cento. A PAZ venceu, a Espanha se constitui um reino católico, social e representativo. Com o recibo comprovando ter votado, que segundo o ditado popular garantia trabalho, salário, pensões de aposentadoria e orfandade, apartamento, escola.

Em 15 de dezembro de 1976, tivemos que votar novamente sim para a configuração muito complicada que os pais fundadores, sempre tão preocupados conosco, decidiram que

deveria ser a democracia espanhola. A oposição, hoje muito falante em relação a tempos passados, voltou a insistir em defender a abstenção. E ele enviou suas ferramentas e seus companheiros de viagem para espalhar panfletos nas ruas aos milhares, e para pintar as paredes com sprays pretos, às centenas. E eles foram dissolvidos, espancados e presos. A oposição mais extremista, aquela que nunca dá ouvidos à razão, através de métodos de propaganda tão eficazes obteve discretos 22,6 por cento em todo o país.

Na Espanha católica, tradicional, franquista e pós-franquista, a abstenção sempre foi muito desaprovada. O ditado popular - uma farsa e desinformação, produto do atraso e da ignorância, prevê tragédias terríveis para aqueles que relutam em exercer o direito de voto. Infortúnios como prisões (dependendo da época), ataques, perda de emprego, cartões de racionamento, subsídio de desemprego, seguro de doença, reforma, viuvez ou orfandade. E por precaução, e como nunca se sabe, e lembre-se... é melhor votar.

Sob a mais pura representação policial, a farsa da consulta popular foi encenada três vezes. Ao se perguntar as razões de um sucesso tão positivo, ele as encontra em: A memória dos tristes acontecimentos do passado e o medo de reviver aqueles acontecimentos dolorosos. Mas esqueceu o fundamental: o pânico das represálias que recaíram sobre quem não foi às urnas, quem questionou o próprio sistema, quem não acreditou na democracia orgânica.

Para Refletir:

1. Qual o papel da mídia na consolidação do governo de Franco?
2. O que acontecia na Espanha se o indivíduo deixasse de votar?
3. Quais estratégias Franco utilizou para se manter no poder?

2.2 Texto 2. Depois de Franco, o Franquismo?

O trecho a seguir foi retirado da reportagem da edição de número 5 da revista *Vindicación Feminista* de 1976 na página 15, faz parte da coluna “Comentário” e foi escrita pela colaboradora feminista S.G.

Se alguém acreditasse que quarenta anos de poder absoluto de Francisco Franco não iriam deixar uma marca profunda no nosso país e que após a sua morte a Espanha se tornaria automaticamente uma democracia de estilo europeu, estaria agora a pagar pela sua ignorância. Quase um ano demonstra o contrário: nada mudou fundamentalmente, embora as declarações de uns e de outros possam levar a pensar o contrário. Revendo a Legislação emanada desses 40 anos de poder pessoal, verificamos que ela permanece em pé em todos os seus extremos:

representação orgânica no Conselho Nacional e na tramitação como projeto de lei nas Cortes, direitos fundamentais não reconhecidos, falta de diversidade de jurisdições penais, legislação antiterrorismo muito dura em vigor e Lei de Imprensa, etc.

É certo que há agora mais manifestações e os líderes de partidos políticos não reconhecidos continuam a atuar abertamente. Mas não devemos esquecer que se trata apenas de uma questão de permissividade do poder, sem dúvida forçado a fazê-lo pela situação do país, mas que ainda não deu um único passo importante ao nível da Legislação. Tudo se resume a declarações de princípios (soberania governada pelo povo), promessas e poucas realidades.

Para Refletir:

1. De acordo com a perspectiva feminista como estava a Espanha após os anos da ditadura de Franco?
2. Por que é importante que os direitos dos cidadãos estejam assegurados em uma Constituição?

2.3 Texto 3. A Oposição em colaboração com o governo.

Está reportagem foi retirado da edição de número 10 da revista *Vindicación Feminista* de 1977 na página 18, faz parte da coluna “Iberia” e foi assinada por uma das idealizadoras da revista Lidia Falcon.

No dia 20 de fevereiro, o GAT, (Grupo de Anistia Total), convocou uma coletiva de imprensa para informar sobre as prisões e torturas sofridas por militantes da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) em Barcelona, no último mês, desde que impôs um estado de emergência em todo o território espanhol. Além dos correspondentes de imprensa e membros do GAT, compareceram as vítimas e testemunhas oculares dos fatos relatados. E os seus testemunhos surpreenderam mais uma vez os jornalistas bem-intencionados, muitos membros de vários partidos da oposição.

A TORTURA DO GOVERNO DA DEMOCRACIA

Miguel Diego Piñera Costa, militante da CNT, preso em 30 de janeiro, explicou a situação vivida durante os dezoito dias que passou na Delegacia de Polícia de Barcelona e distribuiu seu depoimento escrito de próprio punho. E o relatório médico emitido pelo médico plantonista do Hospital das Clínicas, no dia 18 de fevereiro, onde foi atendido ao sair de Jafatura, e que atesta: Miguel Diego Piñero Costa, sofreu de: Contusões pela evolução de

vários dias com localização na região dorsolombar, ambas massas gêmeas, contusão e erosão em dorso dos pés e dedos, contusão e erosão em cotovelo direito, erosão com equimose linear em punho direito. O prognóstico é classificado como menos grave.

O relato de Miguel Diego diz em um dos parágrafos: Uma dessas torturas tem sido o que chamam de "A Sauna", que consiste na asfixia lenta, que faz seu corpo inteiro suar enquanto recebe pancadas, por estar coberto por três cobertores, bem apertados e embalado, que sentar com a cabeça baixa e apoiado nos dois pés de um inspetor, produz angústia e sufocamento que te deixa exausto e esgotado.

Mas a segunda tortura sofrida, na madrugada de sábado, 12 de fevereiro, foi de tal violência que pela primeira vez na minha vida temi morrer de sofrimento e martírio. Eles chamam isso de "O Bar". E consistiu em ser algemado, ter enfaixado os pulsos para não deixar marcas e ser obrigado a agachar-se com as mãos sob os joelhos. Uma vez nessa posição, tendo recebido anteriormente uma série de golpes e chutes, dois inspetores introduziram entre meus braços e pernas (sob os cotovelos e sob os joelhos) uma grande barra de metal com uma curvatura no centro, e fui pendurado no espaço, por cerca de três horas, de cabeça baixa, entre duas mesas altas, o que me impedia de tocar o chão com a cabeça. Durante esse período, eles me balançaram, aumentando a dor. Eles me bateram e levantaram minha cabeça, arrancando furiosamente mechas de meu cabelo. Fui amordaçado para não poder gritar. Eu estava me afogando. Isso me deixou tonto. Eu estava perdendo a visão... Mas o limite do que pude resistir veio com as chicotadas que me deram nos pés.

Miguel Diego tremia de nervosismo ao contar ao público a história de sua tortura. Com ele, nas mesmas condições, estavam várias dezenas de colegas da CNT, que tinha visto durante os dias da detenção, e os quatro detidos em Barcelona, acusados de pertencer ao Partido Comunista Reconstituído: Isabel Santamaría del Pino, Ricardo Sanz García, Fernando Silva Sande e Joaquín Vieites Santos. O rosto de Isabel estava desfigurado e ela passou oito horas pendurada no bar. Ela foi ouvida dizendo: Só quero que você me apoie de uma vez por todas.

Na mesma reunião, três meninas membros do GAT, Anne de Naeud, Virtues Rodríguez Jiménez, Dolors Martínez Batlle e Carme Geronés Planagumá, explicaram que foram detidos durante quatro dias e maltratados por colocarem pela rua alguns cartazes pedindo anistia.

Mas a cegueira - ou a má-fé - dos dirigentes dos partidos políticos que se autodenominam revolucionários permitiu-lhes insistir na mais desonesta manipulação da informação, à qual estranhamente tiveram acesso sempre que lhes foi negado pelo poder - que hoje tem neles os seus aliados mais fortes - mesmo depois de conhecer o tratamento a que têm

sido submetidos estes militantes de partidos de extrema-esquerda, mostraram relutância quando a Coordenadora Feminista de Barcelona propôs iniciar uma campanha para denunciar a tortura.

Não há solidariedade humana, nem apoio político, nem considerações honestas a acrescentar, quando os elevados objetivos da política, decididos pelos líderes conhecedores dos partidos - que todos sabem disso - impõem a sua conveniência. Não nos confundam! Gritam com medo os Comités Centrais dos partidos, que trabalharam durante dezenas de anos na clandestinidade, que sofreram detenções, torturas e longas penas de prisão, e execuções por pelotão de fuzilamento ou pelo vil garrote, em carne e osso... dos seus militantes. Militantes que foram mortos nas ruas por pintarem Anistia ou Liberdade nas paredes, ou por se manifestarem sem armas por reivindicações sociais ou salariais.

Para Refletir:

1. Como era o tratamento dado a oposição no período da transição para democracia na Espanha?
2. As mulheres também se opunham ao governo espanhol?
3. Pesquise: O que os direitos humanos dizem sobre a tortura?

2.4 AGORA É COM VOCÊ!

Compare os três textos da fonte histórica *Vindicacion Feminista* e com o auxílio dos temas estudados nos debates anteriores, produza uma reflexão sobre a visão das Feministas sobre o período da Transição Espanhola.

3 TEMA 2: O PRECONCEITO COM A MULHER.

3.1 Texto 1. A Personalidade Das Mulheres

A reportagem a seguir foi retirada da edição de número 5 da revista *Vindicacion Feminista* de 1976 na página 58, faz parte da coluna “Temas del Presente” e foi escrita pela colaboradora feminista Alina de La Torre.

Antes de abordar este tema, nos parece adequado definir personalidade, pois muitas vezes é confundida com temperamento ou caráter. Existem múltiplas definições deste termo,

dependendo se o autor pertence a uma escola ou outra, mas consideramos que aquela que aparece no Dicionário de Psicologia de N. Sillamy pode nos oferecer uma visão geral do que se trata: Personalidade é o conjunto estruturado das disposições inatas (hereditariedade, constituição) e adquiridas (meio ambiente, educação e reações a essas influências) que determinam a adaptação original do indivíduo ao seu meio.

A MULHER É REALMENTE PASSIVA? No Dicionário de Psicologia de Béla Székely descobrimos que o termo pacifismo é definido da seguinte forma: característica psicológica da feminilidade; mas não explica em que consiste. Se definirmos passividade como falta de agressividade manifestada de forma motora, as mulheres são sim passivas com brigas, mordidas, arranhões, etc., não é comum que isso ocorra. Agora, se analisarmos cuidadosamente o comportamento das mulheres, observamos que a agressividade delas existe, mas que ocorre de forma diferente da dos homens: geralmente por meio de palavras e de forma sutil ou gerenciando outras pessoas. Temos exemplos cotidianos desse tipo de comportamento do sexo feminino: Críticas verbais, rejeição de personagens, recusa em fazer algo, etc.

O fato de a agressividade das mulheres ser diferente se deve a diversas causas. Inquestionavelmente, o hormônio masculino produz maior atividade e agressividade. Isto foi comprovado através da injeção de testosterona em mulheres adultas, observando que seu nível de atividade física e agressividade aumenta. Também foi experimentado em macacos que receberam testosterona antes do nascimento e posteriormente desenvolveram formas de comportamento masculino: maior atividade e agressividade.

Mas, além do exposto, que constitui um fato biológico, devemos levar em conta que a nossa cultura rejeita a agressividade manifesta na mulher e, naturalmente, desde muito cedo a menina percebe isso, por isso desenvolve outro tipo. de agressividade usando suas habilidades verbais e interpessoais. Por que, então, essas formas de agressão não são consideradas iguais à agressão física ou motora? Se assim fosse, sem dúvida as mulheres deixariam de ser tão passivas como as definem.

DEPENDÊNCIA, CONFORMIDADE E HABILIDADE EMOCIONAL DAS MULHERES

A dependência implica necessidade de apoio, ou seja, de obter ajuda para fazer alguma coisa. Naturalmente, isto não tem nada a ver com as diferenças biológicas de ambos os sexos; é um comportamento aprendido.

As crianças de ambos os sexos, até cerca de dois anos e meio, são igualmente dependentes, sendo está uma disposição normal nesta idade. Agora, a partir daí, esse comportamento dependente é considerado infantil ou afeminado no homem, então os pais

começam a condicioná-lo a ser independente. Porém, com o sexo feminino acontece o contrário, uma vez que o comportamento que é reforçado é o dependente, pois considera-se adaptar-se, desde muito jovem, para continuar com este tipo de comportamento que, por outro lado, é mais confortável e menos conflituoso para ela.

A conformidade também não pode ser considerada um produto de fatores biológicos, portanto é também um comportamento aprendido. O fato de a dependência da menina ser reforçada faz com que ela desenvolva menos autoconfiança do que o menino, o que posteriormente se traduz em maior conformidade.

Vários autores descobriram através das suas pesquisas que as filhas de pais instruídos tendem a ser menos conformistas e mais agressivas verbalmente com os amigos e colegas do que as filhas de pais menos instruídos. Portanto, se a independência fosse formada e incentivada nas meninas, da mesma forma que os meninos, elas desenvolveriam maior autoconfiança e menos conformidade.

No que diz respeito à instabilidade emocional, que consiste na tendência de mudar estados emocionais de forma rápida e imprevisível, não foi observado consistentemente, nem foi demonstrado, em animais ou seres humanos, que seja uma disposição inerente ao sexo feminino. Portanto, temos que pensar que, também neste caso, a família e a sociedade são responsáveis por isso. Com efeito, desde o nascimento, a menina é pressionada a assumir os papéis previamente estabelecidos pela cultura, como feminino, por isso terá maior ansiedade do que o menino, a quem é permitido desenvolver todo o seu potencial.

É inquestionável que a família e a sociedade são as causas destes traços de personalidade nas mulheres, uma vez que, não dependendo maioritariamente de fatores biológicos, devem-se inteiramente a condicionamentos que atuam desde a infância e ao longo da vida. Mais uma vez, constatamos que o importante é educar a família e a sociedade para que, em vez de agirem com base no que é considerado aceitável para membros de um sexo ou de outro, sejam criadas condições que possibilitem que essas características atribuídas às mulheres desde antigamente, poderá sofrer uma mudança total.

Por outro lado, os meios psicológicos também teriam de mudar. Os padrões masculinos por si só não são mais suficientes para determinar com precisão certas características que aparecem em ambos os sexos, mesmo que se manifestem de forma diferente. Já nos referimos a isto quando falamos de agressão; enquanto estes níveis continuarem a ser medidos como antes, logicamente as mulheres continuarão a parecer passivas, quando na verdade não o são.

Apesar de tudo o que foi dito acima, a verdade é que as mulheres, à medida que se aproximam da idade adulta, percebem detalhes sutis mais rapidamente, têm melhor memória para nomes e rostos e maior sensibilidade para apreciar as preferências dos outros, do que os homens.

Consideramos que os traços de personalidade que, segundo os psicanalistas, caracterizam as mulheres, correspondem a um padrão de feminilidade diferente na época atual. As meninas de hoje, consideradas normais - psicologicamente falando - estão desenvolvendo qualidades de personalidade que não correspondem ao antigo modelo feminino, apesar de a família e a sociedade as impedirem de se desenvolverem plenamente. Está a surgir uma nova feminilidade na qual entram fatores que até agora não foram tidos em conta, e o nosso dever é ajudar a fortalecê-los para que as mulheres possam alcançar a sua verdadeira emancipação.

Para Refletir:

1. De acordo com a reportagem de *Vindicacion Feminista*, com a cultura espanhola em 1976, lidava com a agressividade feminina?
2. Quais características são apresentadas na reportagem como naturais da personalidade feminina? Vocês concordam?
3. Segundo a reportagem de 1976 de *Vindicacion Feminista*, qual era o papel da sociedade e da família na construção da personalidade de uma pessoa?
4. De acordo com o texto da fonte histórica estudada, quais características femininas podem ser consideradas agressivas?
5. Quais novos significados podemos enumerar, para criar um conceito para palavra “feminilidade” nos dias atuais?

3.2 Texto 2. O Brinquedo Indutor.

A reportagem “Meninos, Vão Para A Guerra. Meninas, Vão Para A Cozinha. O Brinquedo Indutor.” foi retirada da edição de número 8 da revista *Vindicación Feminista* de 1977 na página 24, faz parte da coluna “Reportaje” e foi escrita pela colaboradora feminista Gumer Fuentes.

As crianças brincam pouco, ou pelo menos brincam menos do que nas gerações anteriores. Porém, o brinquedo é caro e complicado, tão caro e complicado que os pais – mais

que os filhos – sonham em tê-los em casa, em aproximá-los de suas vidas. Porque o brinquedo nessas armadilhas que a sociedade consumista nos faz tornou-se o sinal externo de riqueza de uma família rica, assim como a esposa vitrine do poder de compra do marido.

Um brinquedo, aquele lançado da telinha da televisão, torna-se desejável com a embalagem da publicidade. Quem não deseja ter uma boneca Nancy ortopédica, com o armário cheio de roupas - até vestidos longos - ou um modelo de carro autocross com controle remoto, cópia exata daquele que o pai tem? O meio televisivo é uma arma muito poderosa e os hábeis publicitários do programa sabem do que se trata e copiam esses personagens ou objetos identificados com o programa em forma de brinquedo ou enfeite.

A GUERRA COMEÇA NA INFÂNCIA

As crianças que um dia serão mais velhas e expressarão sua virilidade através do uso de colônias intimamente masculinas, de tabaco com sabor masculino ou de bebidas com o sinal de virilidade no rótulo, são educadas no exercício teórico da violência. São iniciados no que acabará por ser um modo de vida, baseado em filmes televisivos que carregam sempre a supremacia constante do homem sobre a mulher - a mulher é sempre o elemento erótico ou catalisador de uma situação conflituosa, mas sem poder de decisão - o homem na forma de detetive ou assassino serão os verdadeiros elementos ativos da história.

Nessas histórias geralmente contadas por roteiristas preguiçosos pagos por produtoras, as crianças aprendem a manusear uma arma, a forçar uma porta, a quebrar o braço do suposto inimigo iniciando artes marciais ou a dar um tapa forte no rosto, de uma mulher que está no meio de um ataque histérico.

DA BONECA NANCY AO PRAZER DE SER MULHER

O prazer de ser mulher, o carinho do sabonete na pele, seja mais feminina usando a cruz mágica; use as meias super tentadoras e super longas para fazer seu marido gostar mais de você. A maquiagem que deixa a pele com cara de menina, o shampoo que deixa os cabelos sedosos, o creme para as mãos para acariciar... e por aí vai. De produtos que geralmente são anunciados por uma mulher branca de rosto sorridente e cabelos loiros, a cujo lado o homem quase sempre aparece com a aparência de estar feliz por ter uma mulher tão submissa, tão sorridente e tão branca.

Para a menina que um dia será mulher e esposa tranquila de um lutador, de um executivo que acordará com o delicioso café preparado pelas mãos amorosas de seu luxuoso criado. Há as penteadeiras, as bonecas com perucas intercambiáveis e amplo guarda-roupa, a casinha para iniciar nas artes culinárias, essencial para atrair o guerreiro durão. Brinquedos de menina, sedentários e caros são anunciados por meninas rosadas e loiras, que amam a feminilidade da mãe em suas bonecas. A mãe limpa, linda e arrumada aconselhará a menina a cuidar de sua boneca, pois ela se tornará sua melhor amiga. A garota que cuida de sua melhor amiga. A menina tratada pela imagem publicitária com grande ostentação estética estabelecerá um monólogo com sua boneca, e enquanto veste um vestido longo, se tornará cúmplice da felicidade que encontra em ter uma boneca amiga, manejável e quieta. O homem – ação e a mulher – elemento passivo.

VINDICACION

feminista

NUMERO 10 1 DE ABRIL DE 1977 100 PESETAS



Imagem 1: Capa
(VINDICACIÓN FEMINISTA N10, s/p, 1977).

4. Aquí tienes una lista de palabras.

Haz dos grupos con ellas, según se trate de juego de *niñas* o de juego de *niños*:

muñecas, coches, balón, comba, soldados,
casitas, cacharritos, trenes, indios, cunita

niñas: muñecas, comba, casitas, cacharritos, cunita...

niños: coches, balón, soldados, trenes, indios.

La educación específica que se da a la mujer la orienta hacia las tareas del hogar y la maternidad.

Imagem 2 (VINDICACIÓN FEMINISTA N10, p. 31, 1977). Tradução Legenda: A educação específica dada às mulheres orienta-as para as tarefas domésticas e para a maternidade.

Para Refletir:

1. De acordo com a matéria de *Vindicacion Feminista*, como a mídia espanhola em 1977 influenciava o desejo das crianças com relação aos brinquedos?
2. Analisando o texto e as imagens da fonte histórica *Vindicacion Feminista*, quais brincadeiras são ensinadas aos meninos e quais às meninas?
3. Segundo a reportagem de 1977, qual o papel das instituições de ensino e da família na educação de meninos e meninas?
4. Você acredita que os brinquedos nos apresentam e preparam ao mundo dos adultos?

3.3 Artes Gráficas: Charges e Imagens

A revista *Vindicación feminista* anuncia a Charge “Pepitina” dizendo estar orgulhosos de tê-la recuperado já que Pepitina havia nascido em abril de 1965, entre as páginas da revista “Presencia” de Gerona, nasceu meio menina, meio velha, com contradições e mau humor no corpo.



Charge 1: Pepitina (VINDICACIÓN FEMINISTA N1, p. 11, 1976).

Tradução:

1. A sabedoria consiste em saber permanecer em silêncio.
2. O que quer agora Pepitina?
3. Eu gostaria de comentar uma coisa.
4. As meninas não opinam, obedecem e fecham a boca.
5. Espero que esta palestra pedagógica tenha cumprido a sua missão.

Para Refletir:

1. De acordo com a charge 1 publicada em 1976 pela revista *Vindication Feminista*, o que foi ensinado no Colégio para Pepitina?
2. De acordo com a charge 1, o que é ensino para Pepitina?
3. A partir do último quadrinho é possível perceber que Pepitina concordou ou discordou dos ensinamentos do Colégio?



Charge 2: Pepitina (VINDICACIÓN FEMINISTA N8, p. s/p,1977).

Tradução:

1. Olha que linda eu deixei você para você impressionar todas as crianças na festa da escola.
4.
 - A você também, Pe?

- Eu também, yoyo...
5. Mas o que eles fizeram conosco?
 6.
 - Acabou Yoyo, acabou!
 - Abaixo as fantasias!
 7. Mães e pais de família; Deixe suas filhas crescerem à sua maneira!
 8. Pepitina, Yolanda, penteiem os cabelos imediatamente e entrem na festa.
 9.
 - Mas o que vocês fizeram?
 - Canta: Vá em frente e deixe-o acenar com o permanente...

Para Refletir:

1. Segundo a charge 2, publicada em 1977 pela revista *Vindication Feminista*, é possível identificar padrões referente a aparência que se esperam das meninas na sociedade espanhola deste contexto histórico. Identifique quais seriam esses padrões?

VECINOS DE ESTOS CONTORNOS
VENID Y PODREIS MIRAR
LA MUJER QUE NOS FABRICA
NUESTRA "AMADA" SOCIEDAD



Charge 3: (VINDICACIÓN FEMINISTA N9, p. 57, 1977).

Tradução:

Vizinhos desses contornos, venha e você pode olhar, a mulher que nos faz nossa "amada" sociedade.

1. Desde o nascimento é ensinado a brincar com as casinhas e os bebês para o futuro lar.
2. E depois vem a escola e a educação especial: música e trabalhos de casa, culinária e o resto.

3. Mas também os irmãos dela não precisam estar em casa na mesma hora que o pai marca para ela.

Para Refletir:

1. Analisando a charge 3, retirada da fonte histórica *Vindicacion Feminista* que foi publicada pela revista em 1977, é possível considerar a posição do pai com relação a filha no último quadrinho como uma atitude de proteção?
2. Quais ações a sociedade poderia desenvolver para que as mulheres se sentissem mais protegidas na rua sozinha?



26

Charge 4: Lola (VINDICACIÓN FEMINISTA N1, p. 26, 1976).

Tradução:

1. Liberdade! Anistia! Etc, etc, etc, etc.
2. Juntos contra o opressor.
3. A comida está pronta, querida?

Para Refletir:

1. Na Charge 4 publicada em 1976 pela revista *Vindicacion Feminista*, é perceptível a expressão de descontentamento da mulher no último quadrinho, demonstrando que a mulher possui problemas específicos aos quais o homem muitas vezes não compreende, quais problemas seriam esses?



Imagem 5 (VINDICACION FEMINISTA N4, p.34, 1976).

Para Refletir:

1. A imagem 5 publicada na revista Vindicacion Feminista em 1976, representa a sobrecarga da mulher com as tarefas ditas femininas. Quais seriam as múltiplas tarefas desempenhada pelas mulheres no dia a dia?

La mujer casada, que trabaja fuera del hogar, ha venido soportando durante toda la vida una doble jornada de trabajo.



Imagem 6 (VINDICACIÓN FEMINISTA N8, p. 51, 1977). **Tradução:** A mulher casada, que trabalha fora do lar, tem suportado durante toda sua vida uma dupla jornada de trabalho.

Para Refletir:

1. De acordo a imagem 6 publicada na revista *Vindicacion Feminista* em 1976, o que seria a jornada dupla de trabalho da mulher?
2. Para você o trabalho doméstico é trabalho? Você considera este trabalho importante?



Imagem 7 (VINDICACIÓN FEMINISTA, p. 35, 1976). **Tradução:**

1. *E agora o Dr. vai falar com você sobre cosméticos. Ciccarelli: esse ano a boca não está mais na moda, na técnica e na moda...
- * Eles antecipam a evolução fisiológica. Os cientistas dizem-nos que dentro de cem anos as mulheres terão um rosto fino e dois olhos imensos e gananciosos... olhos para serem olhados pelos homens.
2. E a meia-calça que você usa depois de um dia de esforço e antes de um novo esforço: divertida.

Para Refletir:

1. De acordo com a imagem 7, publicada pela revista *Vindication Feminista* em 1976, é possível dizer que os padrões estéticos são pensados para satisfazer aos homens? Por que?

3.4 AGORA É COM VOCÊ!

Com base nos textos e artes gráficas de reportagens retirados da fonte histórica *Vindicacion Feminista* e com o auxílio das reflexões realizadas com as leituras coletivas em sala de aula, faça uma produção de texto que aborde os diferentes preconceitos que assolavam as mulheres espanholas no final da década de 1970 e qual a responsabilidade da sociedade na propagação desses estereótipos.

4 SUGESTÃO DE ATIVIDADE AVALIATIVA!

A última atividade realizada poderá se constituir na produção de panfletos informativos com frases ditas pelos estudantes durante as aulas desenvolvidas, desenhos e imagens, para serem distribuídos na comunidade no entorno da escola. O intuito é fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, bem como contribuir para o enfrentamento ao preconceito e à discriminação da mulher.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Obrigada por ter chegado até aqui querido aluno! Ao longo desse capítulo analisamos como a imprensa feminista na Espanha questionou e refletiu sobre as assimetrias de gênero e os discursos biologizantes que naturalizavam identidades e papéis culturalmente atribuídos às mulheres. A abordagem articulada nas temáticas propostas nesse objeto de aprendizagem teve como objetivo disseminar práticas pedagógicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação, desencadeando ações que tivessem como objetivo educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à violência sexista.

Esperamos que por meio dos debates, discussões, reflexões e problematizações, vocês tenham se apropriado dos conhecimentos teórico-práticos através de leituras dos temas propostos, retirados da fonte histórica *Vindicacion Feminista*. Bem como estes conhecimentos sejam úteis e façam sentido para sua realidade, proporcionando uma interação entre as experiências do passado, a vivência do presente e as projeções de futuro.

REFERÊNCIAS

Fonte Histórica: *Vindicacion Feminista. Barcelona, 1976-1977.*

2.3 DA ACADEMIA PARA A SALA DE AULA

Sugerimos a utilização do objeto de aprendizagem em sala de aula, por meio de algumas metodologias e problematizações. É importante que antes da abordagem do material, o professor insira a revista em sala de aula, por meio de uma introdução que visa uma conscientização do que é uma fonte histórica e o objetivo de se estudar uma fonte histórica como a revista *Vindicacion Feminista*, que surge no período da Transição Espanhola como um periódico representante de uma parte do feminismo de segunda onda na Espanha, em uma conjuntura histórica de rompimento político e social, representou uma inversão dos valores dominantes, que viam a experiência masculina como dominante.

O Objeto de Aprendizagem deverá ser apresentado pelo professor dentro da sala de aula de forma presencial ou à distância de forma remota, com uma explicação prévia dos temas que serão estudados. É necessário que os alunos tenham uma ampla avaliação do capítulo, por isso se sugere exibir a reprodução para os estudantes do material em Datashow. Ao final de cada tema os alunos farão uma atividade para melhor compreensão do conhecimento. Serão empregadas aulas expositivas em que o professor deve fazer uma leitura e análises do material compartilhado com os alunos, conduzidas com base no roteiro de questões, produzindo discussões coletiva.

Por meio do Objeto de aprendizagem serão organizadas discussões, problematizações e apropriações de conhecimentos teórico-práticos através de leituras, de debates e da realização de um trabalho final. Ao final de cada fragmento utilizado da fonte histórica, seja de reportagens ou artes gráficas, há uma prosta de provocações intitulada “Para Refletir”, que visão a criação de discussões e debates em sala de aula, pois nossa proposta pedagógica é criar espaços de reflexão coletiva com ideias constituídas a partir das vivências, experiências e conhecimentos dos participantes, compreendidas, quando possível, pela via dos subsídios teóricos do capítulo estudado. As perguntas da coluna: “Para Refletir” servem como norte para que revejam e interpretem o texto e o professor deve coordenar as discussões coletivas a partir das respostas, e conforme as diferentes manifestações forem surgindo, o professor pode elencar vários elementos do texto para complementar as análises dos alunos, e, por conseguinte, reforçar a riqueza de detalhes da fonte. Bem como de acordo com a realidade social de seus alunos, retirar ou acrescentar questões.

Também foram inseridas questões sobre o tempo presente, que provoquem e estabeleçam relações de comparação entre a história estudada e a do Brasil atual, produzindo uma conexão entre os tempos históricos. Espera-se que o aluno aprenda as assimetrias de gênero e os discursos biologizantes que naturalizam identidades e papéis culturalmente atribuídos às

mulheres, parte da história da transição democrática espanhola sob a perspectiva crítica feminista e das demandas do movimento feminista espanhol, bem como que estes conhecimentos sejam úteis e façam sentido para realidade do aluno, proporcionando uma interação entre as experiências do passado, a vivência do presente e as projeções de futuro.

Ao final de cada tema abordado o objeto de aprendizagem possui a coluna: “Agora é com você”, que trás como proposta a produção de textos escritos que deverão ser realizados para sistematização dos temas estudados e motivados pelo estímulo gerado pelas discussões, propondo a elaboração de uma visão e práticas condizentes com a inserção das mulheres como sujeitos históricos, rompendo com relações tradicionais de gênero. E, por que não dizer, colaborando assim para uma educação emancipadora, crítica e antimachista, originando um “currículo na ação”. Acreditamos ser este um dos vários caminhos para tentar tornar a escola e a sala de aula espaços para se pensar as demandas sociais, políticas e culturais do tempo presente, para compartilhar vivências, exercitar o diálogo, trabalhos colaborativos, e pensar os usos do passado, para a formação crítica dos cidadãos e das cidadãs como motores de mudanças quanto às relações desiguais de gênero.

TEMA 1: A ESPANHA APÓS O FRANQUISMO.

Neste tema é sugerido a leitura coletiva e a comparação entre três textos da fonte histórica *Vindicacion Feminista*, são eles: **Texto 1: A soberania de um povo**, texto de reportagem que foi retirado da edição de número 8 da revista *Vindicacion Feminista* de 1977 e foi escrito e assinado pela colaboradora L.F; **Texto 2: Depois de Franco, o Franquismo**, trecho retirado da reportagem da edição de número 5 da revista publicada em 1976 e foi escrito e assinado pela colaboradora S.G; e **Texto 3: A Oposição em colaboração com o governo**, reportagem retirada da edição de número 10 da revista *Vindicacion Feminista* de 1977 e foi assinado por uma das idealizadoras da revista Lidia Falcon.

É importante que o professor aborde que, diferente das demais reportagens abrangidas por este Objeto de Aprendizagem, muitas das matérias que explanam sobre o período da Transição e sobre o franquismo, são assinadas apenas com siglas, estratégia que consiste em um método de pseudônimo, para que as escritoras não sofressem perseguição pelo regime político vigente na época.

Espera-se que por meio desses três documentos históricos os alunos possam refletir sobre como o processo de redemocratização foi lento e deixou marcas na sociedade espanhola, como o autoritarismo se utilizou das mídias para se perpetuar e como foi a atuação feminina perante a resistência ao autoritarismo. Estes três textos se relacionam com intuito de gerar um

debate, que contemplem a problematização sobre a cidadania, a democracia e as formas de governos autoritários se instituírem e manterem-se no poder.

Thompson (1998) utiliza o termo “poder simbólico” para se referir à capacidade dos meios de comunicação de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas. Portanto, é importante que o professor destaque que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível, pois se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem.

Espera-se que o aluno compreenda o posicionamento das feministas espanholas no final da década de 1970, por meio dos subsídios apresentados pela fonte histórica *Vindicacion Feminista*, sobre o período da transição e o contexto histórico enfrentado pelos espanhóis após a morte de Franco, destacando a participação do povo nas decisões políticas do país por meio da cidadania e a ação de grupos de oposição ao governo franquista.

TEMA 2: O PRECONCEITO COM A MULHER.

Texto 1: A Personalidade Das Mulheres.

Este texto foi retirado da edição de número 5 da revista *Vindicacion Feminista* publicada em 1976, escrito e assinado pela colaboradora feminista Alina de La Torre. De acordo com Costard (2017) a ideia de que a construção da categoria mulher, com papel de gênero definido – a partir de ideias como passionalidade, fragilidade, vida privada – não estão inscritos em qualquer natureza individual e subjetiva. Neste sentido, o texto apresentado no objeto de aprendizagem é importante para aprofundar o debate acerca dos papéis de gênero tradicionalmente designados às mulheres: a inabilidade para a esfera pública, que demanda racionalidade escassa no gênero feminino, a aptidão para o afeto e a família, a honra feminina a partir do cuidado com o espaço doméstico, a fragilidade, a submissão e a necessidade de cuidado e tutela. Segundo Costard (2017) todas essas dimensões atribuídas à mulher em associação com a biologia, como se fossem parte da natureza feminina, foram construídas historicamente: um lugar específico, a Europa; um sistema específico, o capitalismo colonial global. Os papéis de gênero, e o próprio conceito de gênero, não são natureza, não são essência: são relações de poder.

É importante que o professor por meio da ênfase da documentação, promova reflexões embasadas nas questões da coluna “Para Refletir” no objeto de aprendizagem, visando afastar a oposição binária macho versus fêmea, para questionar como ela é estabelecida, da suposição

de uma identidade preexistente das “mulheres” para investigar o processo de sua construção, do estabelecimento de um significado inerente para as categorias como “homens” e “mulheres”.

Segundo Scott (1992) essa análise é fundamental examinando as práticas e os contextos dentro dos quais os significados da diferença sexual são produzidos, que frequentemente usa a teoria psicanalítica (particularmente as leituras lacanianas de Freud), para discutir a complexidade e a instabilidade de quaisquer identificações de sujeito. A masculinidade e a feminilidade são encaradas como posições de sujeito, não necessariamente restritas a machos ou fêmeas biológicos.

Texto 2: Meninos, Vão Para A Guerra. Meninas, Vão Para A Cozinha. O Brinquedo Indutor.

A partir a leitura do texto e das análises das imagens, o professor deve prover uma discussão orientada pelas questões da coluna “Para Refletir”, que contemple o entendimento de que os papéis de gêneros são construções, estamos propondo o afastamento de análises que estejam assentadas sobre a ideia reduzida de atributos de mulher e de homem, permitindo-nos uma aproximação com uma abordagem mais ampla que considera que instituições sociais, normas, símbolos, conhecimentos, leis e políticas de uma sociedade são espaços generificados, ou seja, que são atravessados e constituídos por representações de masculino e feminino de uma determinada época e, ao mesmo tempo, estão implicados com sua (re)produção, manutenção e (re)significação.

O texto histórico abordado aponta que há processos sociais do cotidiano que são naturalmente atribuídos às mulheres, por exemplo, os gestos delicados, a forma de sentar, a graça, o pudor, o trato com as crianças e com os assuntos domésticos, a afetividade, a timidez, etc; mas que, na realidade, estas características são ensinadas as mulheres. Em contrapartida, aos homens cabem os gestos e a fala forte, a maior aptidão física e são exigidos comportamentos tais como não serem tímidos e nem afetuoso e delicados e de não poderem chorar. Esses padrões de comportamento, construídos e transmitidos de forma hegemônica por gerações, ainda que com conotações específicas aos diversos grupos sociais, eram e ainda são expressados e compartilhados através das atitudes das pessoas, de modo não problemático, pela maioria.

Neste texto, trabalhamos sob o entendimento de que o ensino de história das mulheres possa contribuir para questionar e romper com práticas escolares e conhecimentos históricos que ignoram ou tratam com indiferença as trajetórias, as subjetividades e as demandas coletivas femininas, no passado e no tempo presente, marcado por conquistas, opressões e por

enfrentamentos necessários. Este posicionamento permite questionar um passado inacabado, que se perpetua e produz efeitos sobre a vida social, inclusive de alunos e professores.

Artes Gráficas 3: Charges e Imagens.

Este tópico apresenta charges e imagens com traduções livres, para pensar e debater por meio das questões da coluna “Para Refletir”, acerca dos papéis de gênero tradicionalmente designados às mulheres e aos homens. De modo que se evidencie que todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas.

A Charge trata-se de um desenho humorístico sobre fato real, ocorrido na política, na economia, na sociedade, etc. Segundo Oliveira (2017), as charges abordam temas e fatos que estão ligados aos noticiários, isto é, ao cotidiano do público leitor. Sendo assim, muitas vezes, o/a leitor/a deve estar imerso no tempo da narrativa ou recuperar os dados históricos do período retratado para compreender a crítica presente na charge. Porém as charges que escolhemos para o objeto de aprendizagem podem ser consideradas atemporais, pois por mais que estejam comprometidas aos acontecimentos de sua temporalidade, trazem temas que ainda estão presentes nos dias atuais, com personagens que muitas vezes se assemelham a indivíduos reais.

Por exemplo, na Charge 4 intitulada de Lola e que foi publicada na revista *Vindicacion Feminista* de número 1 em 1976, ao mesmo tempo que o personagem masculino reconhece a esposa como aliada na luta contra a opressão política e governamental, acredita que as atividades domésticas são intrínsecas da personagem feminina, isto é, joga com um “costume” que está naturalizado na sociedade. A expressão de espanto da esposa em confronto com a tranquilidade do marido, traz uma contundente crítica social à hierarquização no casamento e ao lugar que as mulheres ocupam dentro da família.

Desta forma utilizamos a charge como um recurso, pois mesmo que o humor esteja presente nas tirinhas, nem sempre o fazer rir está entre seus objetivos. Oliveira (2017), aborda que para além do humor, é preciso enfatizar que o viés crítico está na base da constituição desta arte gráfica.

Sobre a Imagem 6, publicada na *Vindicacion Feminista* de número 8 em 1977, é importante que o professor comente com os alunos a situação do trabalho doméstico na Espanha, neste contexto histórico. Mariano (2017) afirma que na Espanha, embora a autonomia financeira representasse uma certa libertação das mulheres, a verdade é que esta tinha um custo pessoal elevado. Após uma longa jornada de trabalho (que podia chegar às 10 ou 12 horas diárias), muitas vezes vivida em condições precárias e a ganharem menos do que os homens que desempenhavam as mesmas funções, as mulheres tinham ainda de se ocupar dos afazeres

domésticos. Cuidar dos filhos, muitas vezes também de parentes mais velhos (pais e/ou sogros), tratar das roupas, arrumar a casa, cozinhar, ir às compras, continuavam a ser tarefas da responsabilidade das mulheres, que desta forma enfrentavam diariamente uma dupla jornada laboral.

De acordo com Oliveira (2017), as feministas problematizaram o trabalho doméstico como algo inerente à condição feminina e defenderam a socialização das atividades familiares. A independência financeira, isto é, a inserção no mercado de trabalho, continuou a ser vislumbrada como um caminho para a emancipação da mulher. Como a imagem 6 selecionada pelo objeto de aprendizagem aborda, foi a “dupla jornada” de trabalho que passou a ser questionada. Ou seja, apesar das mulheres conseguirem trabalhar fora de casa e ter autonomia financeira, assim como os homens; as incumbências domésticas ainda eram atribuídas como uma responsabilidade feminina. Pois apesar de as mulheres terem conquistado o seu lugar no espaço público, ainda é sobre elas que recaem, as responsabilidades pela gestão dos assuntos domésticos.

3 O FEMINISMO NA ESPANHA E A REVISTA VINDICACION FEMINISTA.

3.1 FEMINISMO E GÊNERO

Auad (2003) afirma que o feminismo tomou um significado popular pejorativo de “guerra dos sexos”, mas na verdade o feminismo seria um processo de libertação de homens e mulheres, numa dinâmica de crítica global ao sistema dominante na sociedade, na economia, na política e na cultura em geral. O movimento feminista é um fenômeno contínuo e vigoroso socialmente, cheio de desdobramentos.

Para Teles (1999), em seu significado mais amplo o feminismo é um movimento político, uma filosofia mundial, que questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. É um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade: o poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, que no decorrer do tempo, manifestou-se de formas variadas, todas elas estreitamente dependentes da sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres envolvidas.

Auad (2003) aborda que o feminismo não é privilégio para as mulheres e destruição para os homens. A luta feminista combate o machismo e o sexismo, a desvalorização das mulheres e do que é o feminismo, mas não combate os homens. Dessa forma, o feminismo tem também um caráter humanista porque busca a liberação das mulheres e dos homens, pois estes têm sido vítimas do mito do macho, que os coloca como falsos depositários do supremo poder, força e inteligência. Assim, o feminismo busca o reconhecimento da mulher enquanto sujeito social, suas demandas específicas, e que mulheres e homens compartilhem o poder na sociedade.

De acordo com Hooks (2020), o feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão. Como definição não é conclusiva. Sugere que para compreender o feminismo, uma pessoa precisa necessariamente compreender o sexismo, pois o feminismo é o antissexismo. A autora entende por sexismo, as maneiras pelas quais mulheres, foram dominadas e exploradas, por meio de sexo, classe e raça. Segundo Hooks (2020) o movimento feminista não tem a ver com ser anti-homem, pois o problema não era apenas com os homens, deixando claro que o problema é o sexismo, o patriarcado e a dominação masculina. O movimento feminista tem como pauta principal o fim de todas as formas de violência, é uma luta que inclui esforços para acabar com a discriminação de gênero, para criar igualdade e para a justiça social poderia mudar todas as vidas.

Todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas. Como consequência, mulheres podem ser tão sexistas quanto homens. Isso não desculpa ou justifica a dominação masculina; isso significa que seria inocência e equívoco de feministas simplificar o feminismo como se fosse um movimento de mulher contra o homem. (HOOKS, 2020, p. 13).

O movimento feminista pela forma como se organizou, tem sido por natureza um movimento fragmentado e abrangente, com múltiplas manifestações e objetivos. Portanto, entendemos o feminismo como um movimento social, que tem vivido algumas “ondas”. Esse recorte está baseado nos períodos de maior expressão das reivindicações realizadas principalmente por mulheres, pois assim como a história, também a história do movimento social de mulheres (feminismo) não é linear. Em geral, afirma-se que o ocidente vivenciou pelo menos três momentos de grande movimentação e articulação feminista não restritos a um único espaço geográfico e que poderiam ser chamados de ondas feministas, em uma perspectiva mais global, na forma de grandes mobilizações transnacionais. O feminismo tem sido, um movimento internacional, mas possui características particulares, regionais e nacionais.

Segundo Zirbel (2021) a Metáfora da Onda Feminista surgiu no ano de 1968 com a feminista Martha Weinman Lear, que escreveu um pequeno artigo no jornal dos estados Unidos *New York Times* com o título “A segunda onda feminista”, em que Lear fazia referência à luta de milhares de mulheres pelo direito de votar, no final do século XIX e início do XX, como uma espécie de onda de feminismo e anunciava que outra estava em formação. Algumas décadas depois, Walker (1992) publicou o ensaio “Tornando-se a terceira onda”, no qual defendia que as lutas feministas estavam longe de acabar. A metáfora das ondas consolidou-se, então, como forma de nomear momentos de grande mobilização feminista.

Zirbel (2021) afirma que as narrativas sobre as ondas privilegiaram a ação de feministas brancas da classe média estadunidense e ativistas brancas inglesas e francesas. Pois estas foram as narrativas que mais se espalharam. E elas podem ser contestadas, uma vez que ocultam a forte atuação das mulheres da classe operária e das mulheres negras – para dar apenas dois exemplos – dentro e fora dos limites fronteiriços de determinados países. Sem elas, as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam. Nenhuma onda formou-se por conta de uma única perspectiva ou por meio da ação de um único grupo, ainda que, em algum dado momento, vários grupos de mulheres tenham decidido lutar em conjunto para potencializar algum ponto presente em suas pautas. Este é considerado o caso das manifestações sufragistas do final do século XIX e início do século XX.

Apesar dos problemas apontados, a metáfora da onda possui uma força imagética capaz de criar conexões com o passado e com o futuro em meio à luta de variadas gerações de feministas, em sua grande diversidade, resistência, criatividade e força. Ela nos permite inscrever diferentes gerações de feministas – e seus esforços – em uma longa e contínua história de lutas contra a discriminação, a opressão e a exploração, assim como pela melhoria das condições de vida e aquisição ou manutenção de direitos civis.

Scott (1992) afirma existir uma conexão entre o campo de estudo a história das mulheres e a política, pois em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação.

Ao prosseguir a trajetória, Scott (1992) aponta que há um desvio do campo história das mulheres para o gênero na década de 80, que foi um rompimento com a política e propiciou a este campo conseguir o seu próprio espaço, pois gênero é um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato. A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise.

De acordo com Scott (1992) “Gênero” foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. E uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como em levar em conta a mudança. A categoria de gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença.

A questão das diferenças dentro da diferença trouxe à tona um debate sobre o modo e a conveniência de se articular o gênero como uma categoria de análise. Uma dessas articulações serve-se do trabalho nas ciências sociais sobre os sistemas ou estruturas do gênero; presume uma oposição fixa entre os homens e as mulheres, e identidades (ou papéis) separadas para os sexos, que operam consistentemente em todas as esferas da vida social. Também presume uma correlação direta entre as categorias sociais masculina e feminina e as identidades de sujeito dos homens e das mulheres, e atribui sua variação a outras características sociais estabelecidas, como classe ou raça. (SCOTT, p. 88, 1992).

Entendemos que é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais - de gênero, sexuais, nacionais, raciais, de classe, etc. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos na medida em que eles são interpelados a partir de diferentes

situações, instituições e agrupamentos sociais. Nesse sentido, entendemos que a identidade é uma construção, um processo de produção, uma relação que tem estreitas conexões com relações de poder; não é fixa, permanente e unificada, não é homogênea, definitiva, acabada, idêntica; é instável, fragmentada, inacabada. “*O entendimento de que questões centrais no estudo dos gêneros referem-se ao papel das culturas, dos sistemas de significação e suas relações de poder, uma vez que esses elementos sociais encontram-se implicados na constituição dos sujeitos*”. (Ribeiro, Quadrado, p. 404, 2010).

De acordo com Costard (2017), a perspectiva cognitiva eurocentrada (de todos aqueles que são educados sob a hegemonia do capitalismo mundial) tende a naturalização das perspectivas de poder instituídas, a partir de noções como eficiência, competição e evolução, e que a colonialidade do gênero, passa por um processo de dominação do sexo, seus recursos e produtos. Também sendo caro ao feminismo, a interseccionalidade, a partir da noção de que não só raça, classe e gênero se atravessam em um mesmo indivíduo, mas como categorizações sociais, foram inventados juntos, no âmbito da consolidação do capitalismo global euro centrado.

Ao longo da história ocidental cristã, as relações de gênero foram construídas a partir de uma lógica binária, com uma matriz branca e cisheteronormativa, legitimada e reforçada constantemente por discursos de ordem religiosa, moral, científica e educacional. Essa matriz cultural produziria certo imperialismo epistemológico regulador das vidas, por meio de uma coerência tida como natural e opressora de corpos, subjetividades e coletividades entendidas como o “outro”, o “outsider” e, muitas vezes, o “não humano”. Os efeitos dessa normatividade sobre as vidas consideradas desviantes seriam o desprezo, o apagamento de suas histórias e memórias, a violência às suas identidades e, no extremo, o genocídio e o epistemicídio. (ROVAI; MEDEIROS, p. 141, 2021).

Segundo Ribeiro e Quadrado (2010), falar em gênero, refere-se a construção feminista que permite avaliar como identidades femininas e masculinas se constituem social, política, histórica e culturalmente. Nesse sentido, a perspectiva de gênero alimenta o questionamento à vigência de matrizes histórico-culturais de ordem patrimonial, patriarcal e autoritária que sustentam a subordinação feminina, com o aporte de estruturas sociais, instituições, comportamentos, crenças, normas e valores. O conceito também reporta às bases patriarcais de poder presentes em domínios da vida pública e privada e são evidenciadas em estatísticas que registram discriminações e circunscrevem fenômenos como o da distância das mulheres dos cargos de poder e decisão, incluem a sub-representação feminina na política, passam pela discriminação salarial no mercado de trabalho e chegam à violência doméstica dos homens contra as mulheres. Realidade a exigir políticas públicas voltadas a equacionar desigualdades

de gênero e, para além destas, as pautadas por fatores relativos à geração, origem étnica, orientação sexual, condição de classe ou localização geográfica, que geram e reforçam outras subordinações também carentes de solução.

Para Costard (2017) é preciso historicizar as diferenças e as relações sociais, apresentadas também como relações de poder, pois não basta apenas celebrar as diferenças (ainda que tolerância e respeito sejam efeitos mais que desejáveis), mas é preciso questioná-las. Somente a compreensão da construção social das diferenças possibilita o potencial crítico para efetivamente transformar a realidade que produz as desigualdades. Pensar a construção dessas diferenças e seus efeitos sociais historicamente, desnaturalizando-as, num movimento de compreensão de que a identidade se constrói nas relações sociais.

A presente intervenção parte desse entendimento com o propósito de associar gênero, feminismo e políticas públicas, destacando a contribuição da metodologia feminista na construção de indicadores e instrumentos de medida para monitoramento, avaliação e transformação de políticas públicas.

Costard (2017) afirma ser necessário apresentar as mulheres como seres políticos, do espaço público, intelectuais, agentes da História, das revoluções e das reformas, não apenas pela silenciosa resistência cotidiana e doméstica (que também é importante), mas multiplicando as visões e os lugares sociais que as mulheres ocupam e ocuparam na História, e que não podem e não devem ser alvo da amnésia social. Deste modo, a visão tradicional da mulher frágil, passional e doméstica fica também compreendida em seu tempo e lugar histórico, e não como natureza.

3.2 O MOVIMENTO FEMINISTA ESPANHOL.

Taillot (2016) afirma que de acordo com a cronologia comumente aceita, a primeira onda do feminismo aparece mais tarde na Espanha do que em outros países ocidentais e suas reivindicações são nessa primeira fase de cunho essencialmente social (acesso à educação, direito ao trabalho, etc.), a partir da década de 1920 carregados de uma dimensão política, conduziram em 1931 o estabelecimento do direito de voto feminino.

De acordo com Mariano (2017) em Espanha, só se possa verdadeiramente falar de uma corrente sufragista a partir do período pós Primeira Guerra Mundial, além de que o movimento sufragista nunca teve o mesmo grau de combatividade nem de atratividade verificado noutros países ocidentais. Entre as principais causas para este atraso estão a forte influência da Igreja Católica na vida dos cidadãos e dos Estados, a elevada taxa de analfabetismo feminino e o lento desenvolvimento industrial. Para Mariano (2017) Portugal e Espanha inserem-se no grupo de

países onde as ideias sufragistas tiveram maiores dificuldades em ganhar raízes e nos quais as resistências à concessão de direitos às mulheres mais se fez notar.

Historicamente, foram três os grandes obstáculos à entrada das mulheres dos países do Sul da Europa no mundo da política: a misoginia da religião cristã; os códigos legislativos que lhes conferiam um estatuto de cidadão de segunda; e as teorias médico científicas que identificavam os homens com a razão e as mulheres com a emoção. No caso da Península Ibérica, acrescentamos a elevada taxa de analfabetismo feminino e um desenvolvimento industrial tardio. (MARIANO, p.204, 2017).

Segundo Montero (2004) os triunfos do sufrágio foram marcados na Espanha republicana com o direito de voto e a lei do divórcio, que foram conquistas das feministas, mas conquistas tão efêmeras quanto o próprio regime republicano. A Guerra Civil e a ditadura, após a vitória das forças franquistas em 1º de abril de 1939, arruinariam tudo o que havia sido conquistado. Seria preciso esperar o fim daquele longo e doloroso período de quarenta anos para que as mulheres recuperassem o ponto de partida que foi a conquista do voto em 1931.

Teles (1999) explica que o feminismo de segunda onda eclode principalmente nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa. Este movimento estava estritamente relacionado à efervescência política e cultural que essas regiões do mundo experimentaram na época. Tratava-se de um contexto bastante propício para o surgimento de movimentos sociais, em que a derrubada de “mitos” criados pela sociedade foi fundamental no cenário desses acontecimentos. Seus estudos apontam que os movimentos *beatnik* e *hippie* nos Estados Unidos, e o maio de 1968 em Paris ganham destaque como expressões mais fortes de uma nova geração, nascida durante ou após, a Segunda Guerra Mundial, que buscava espaço no mundo público.

A segunda onda se desenvolveu e se consolidou na Espanha, no decorrer da década de 1970 e de acordo com Taillot (2016) a partir das fileiras da oposição clandestina ao regime. O que levou muitos especialistas na questão a fazer este “despertar feminista” em reação coletiva aos obstáculos e privações impostos pelo Franquismo. As reivindicações deste novo movimento social se concentraram principalmente em torno do acesso a espaços tomadores de decisão, o direito ao aborto e mais geralmente, o controle de seus corpos pelas mulheres. Conforme apontado por Mariano (2017) à medida que a presença das mulheres no mundo da política foi se normalizando, as feministas direcionaram a sua luta para outras áreas. Mas com a instauração de regimes ditatoriais na Espanha no final da década de 30 do século XX, as mulheres abandonam as suas lutas para abraçarem uma outra: a do combate às ditaduras.

Segundo Taillot (2016) o feminismo de segunda onda na Espanha se desenvolveu acima de tudo em uma dinâmica coletiva que estava enraizada em um espírito comum de resistência ao franquismo e oposição contra a discriminação das mulheres, assumindo um caráter plural e fragmentário. O ano de 1975 também foi um marco na história das mulheres e do feminismo por ter sido considerado pela ONU (Órgão das Nações Unidas) o ano internacional da mulher e o primeiro da década da mulher, decisão tomada devido à efervescência que se fazia sentir o feminismo nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, que influenciou todo mundo ocidental. Teles (1999) aponta que essa possibilidade aberta com o apoio da ONU, fez a questão da mulher ganhar a partir daí um novo status, tanto diante de sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que costumeiramente viam com grande desconfiança a causa feminista.

De acordo com Montero (2004), foi em 1975 que o movimento feminista espanhol reapareceu após quarenta anos de franquismo. Neste ano se abre uma nova etapa histórica, com a morte de Francisco Franco. Havia uma urgência em destruir o modelo de feminilidade que o ditador impôs, tudo era necessário e tudo feito ao mesmo tempo. A esperança de mudar a vida se abriu e as mulheres se organizaram para alcançá-la: grupos de bairro com donas de casa, grupos de autoconsciência, nas empresas e nas universidades.

Mariano (2017) afirma que foi só a partir da morte de Franco que um número cada vez maior de mulheres da alta burguesia, letradas e com um conhecimento cultural superior começou a denunciar a condição de tutelada em que viviam e a exigir que lhes fossem concedidas as mesmas oportunidades e os mesmos direitos que aos homens. Fizeram-no sobretudo através de artigos em jornais, livros conferências, saraus culturais e com interpelações aos membros dos governos e dos parlamentos, não se tendo registado manifestações, greves ou atos violentos como os protagonizados pelas sufragistas na Inglaterra, por exemplo.

Larumbe (2009) afirma que a agenda reivindicativa do feminismo de segunda onda espanhol representou uma inversão dos valores dominantes, negando os modelos masculinos predominantes. As feministas negavam que a experiência e percepção masculinas eram o ponto de referência de toda a cultura humana. Nesse sentido, os propósitos das feministas de segunda onda eram mais amplos, mais ambiciosos e complexos do que as de suas antecessoras sufragistas, uma vez que aspiraram a gozar de direitos iguais e deu um salto qualitativo, ao propor uma mudança radical nas relações entre pessoas e na própria constituição da sua identidade. O conjunto de suas propostas girava em torno de três eixos fundamentais: a abolição

da legislação discriminatória, a reivindicação do corpo e da sexualidade e a construção de uma nova cultura.

Segundo Lamelas (2013), com a morte do General Francisco Franco, começa oficialmente um novo estágio de brigas, acontecimentos políticos e sociais muito intensos na história do Estado espanhol. Uma vez inaugurado o processo de revelação após 40 anos de ditadura fascista, reacionária e ultra-católica, a explosão em massa de inúmeras organizações feministas ocorreu nesse período chamado de “transição política”, promovendo algumas rupturas com o franquismo. *“Já na década de 70, com a descolagem do feminismo a nível político, literário e social, inúmeras organizações feministas explodiram em todos os cantos do Estado espanhol no que passou a ser chamado de ‘a era da tomada de decisões’, o período de consciência das mulheres”*. (Lamelas, p. 7, 2013).

O período histórico da Transição foi bastante promissor para as mulheres na Espanha, devido às pressões latentes nas ruas e nos partidos políticos de grupos feministas que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1970, o que possibilitou que vários fatores e crimes originados da ideologia fascista do regime autoritário fossem revogados no código penal, dando bases para promover a igualdade de gênero. Conforme afirma Lamelas (2013), entre esses avanços estavam a revogação entre 1978 e 1981 dos crimes de adultério, métodos contraceptivos, a igualdade laboral e social estabelecida de ambos os sexos, a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a igualdade no casamento, no casamento civil e no divórcio. Em apenas uma década houve uma abertura da legislação jurídica que rompeu fortemente com toda a legislação tradicionalista, ultrarreligiosa e fascista que vigorou ao longo de todo o processo da ditadura franquista de 40 anos. Nesse período, também na esfera política, houve um enorme número de iniciativas políticas feministas que foram desenvolvidas em todos os cantos do estado.

De 6 e 9 de dezembro de 1975 em Madrid ocorreram as Jornadas Nacionais pela Libertação da Mulher, e nas quais se discutiram amplamente os dois polos políticos que naquela época se discutiam no feminismo, o feminismo radical (manter, promover e criar estruturas exclusivamente de tipo feminista para mergulhar na luta pela libertação das mulheres e que deviam ser estritamente independentes e autônomas de todos partidos e organizações políticas) e feminismo socialista ou político (que combina a luta feminista pela libertação como um elemento a ser realizado juntamente com as diferentes iniciativas políticas para alcançar a democracia no Estado espanhol, e onde a participação em organizações e partidos políticos foi defendido com a lógica da dupla militância). (LAMELAS, p. 6, 2013).

Ao nível dos partidos políticos, também se desenvolveram diversas iniciativas feministas no seio destes, mais inclinadas ao pensamento de escritoras marxista como Rosa Luxemburgo, levaram a cabo a luta e as reivindicações feministas dentro do próprio partido político. Com essa intensa movimentação de mulheres no período da Transição, Lamelas (2013) aponta um impacto brutal nos partidos, centros e organizações de esquerda, que eram as oposições tradicionais ao franquismo. Até esse momento, a esquerda política, refletindo uma tendência e influência do patriarcado político prevalecente, não só ignorava, mas de certa forma despreza e subvaloriza as lutas políticas específicas das mulheres. Fruto dos partidos de esquerda, embora se autodenominassem progressistas, tiveram que se adaptar e reformular completamente os seus esquemas políticos.

Segundo Lamelas (2013) muitas militantes comunistas proeminentes como Lidia Falcon deixaram o partido por causa disso e muitas outras pressionaram intensamente com a sua dupla militância feminista uma reformulação do Partido Comunista Espanhol (PCE) que rapidamente, já na década de 70, destacou a luta do partido pelos direitos e pela libertação das mulheres (nunca antes o tinha feito no regime de Franco) ou o Partido Trabalhista Espanhol (PTE), que durante este período trouxe à luz folhetos, panfletos e escritos a favor dos direitos das mulheres.

De acordo com Lamelas (2013) o resultado disto, é o aparecimento de associações como o *Movimento de Presentes*, fundado em Barcelona em 1975 com ampla e diversificada participação da esquerda política e feminista de Barcelona, e que no entanto, se opõem ao excesso, segundo eles: o radicalismo feminista de mulheres, como Lúcia Falcón (que cria a primeira grande publicação feminista a meio caminho entre o fascismo e a transição, a publicação *Vindicación Feminista*, será o grande carro-chefe do feminismo de segunda onda na Espanha e pioneiro nestas questões).

Na altura em que a pressão de grupos e políticas feministas conseguiu alterar o código penal franquista, cheio de preconceitos e penas ultraconservadoras, ao longo dos anos 70 e 80, ainda permaneceu a espinhosa questão do aborto. Lamelas (2013) afirma que os movimentos feministas tradicionais até a década de 70 podem ser chamados de feminismo de classe, combativo, anticapitalista e revolucionário. Já a partir dos anos 80 há uma terceira etapa do feminismo que continua em desdobramentos até os dias de hoje, está terceira onda emerge no calor das lutas sociais, do pacifismo do próprio feminismo de massa, movimentos anticapitalistas e pela autodeterminação do povo do Estado.

Pedro (2005) afirma que neste início do movimento feminista de segunda onda, a palavra gênero não estava presente, sendo que a categoria usada na época era “Mulher”. O feminismo da década de 1970 procurou questionar o masculino a partir de um sentido universal,

pois as mulheres não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim o que o movimento reivindicava, fazia-o em nome da “Mulher” e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da mulher. Dessa forma o feminismo, constituiu-se num processo de construção da diferença, mesmo que buscando a igualdade. Entretanto, embora esse paradoxo tenha uma emergência bastante antiga, foi certamente no feminismo de “segunda onda” que o uso da diferença, como forma de luta, foi mais explicitado.

Segundo Oliveira (2017), foi na primeira metade da década de 1980 que a imprensa feminista incorporou a categoria de gênero e a crítica à heteronormatividade ampliando as demandas e as discussões do movimento. Zirbel (2021) afirma que na terceira onda do feminismo as questões que eram pensadas em pequenos grupos (como os problemas atrelados ao capacitismo, ao etarismo ou enfrentados por pessoas trans e indígenas) entraram na pauta de variados grupos de feministas. As ferramentas teóricas possibilitaram um aprofundamento da análise das variadas e simultâneas formas de opressão vivenciadas por uma mesma mulher, assim como da questão das diferenças e das diversidades internas ao movimento feminista. As novas mídias, por sua vez, possibilitaram a disseminação dessas análises e ideias para além das fronteiras locais de uma maneira acelerada.

Pautas antigas foram acentuadas, de acordo com o contexto das jovens feministas. Para aquelas a quem o acesso à educação, ao saneamento, ao aborto seguro, ao divórcio e à mobilidade básica estavam garantidos por lei, foi possível focar mais intensamente em outras questões. Para as que não viviam esse tipo de realidade, foi necessário seguir lutando por direitos mínimos de cidadania. Outras pautas seguiram sendo comuns à maioria: a luta contra a exploração, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no trabalho, as jornadas duplas ou triplas, os privilégios masculinos.

Segundo Zirbel (2021) é um problema a crença em um “progresso” do pensamento ou das posturas feministas. Pois tal crença tende a diminuir ou desqualificar a ação de feministas de tempos passados ao mesmo tempo que corre o risco de considerar as suas pautas como superadas. Portanto, é importante ressaltar que esta estrita divisão de tempo “em ondas” não torna esses movimentos isolados uns dos outros, pois cada um se alimenta do anterior, recebe sua herança e faz críticas, de acordo com o contexto em que é formada em um empréstimo/extensão dialética para o trabalho em termos de objetivos, meios e campos de ação. A metáfora da onda ainda nos permite pensar, que o feminismo não desaparece nos momentos em que não há grande movimentação na cena pública, mas segue em atividade, possivelmente reorganizando-se e ganhando força suficiente para um novo e significativo avanço.

3.3 USOS DA IMPRENSA E DA IMPRENSA FEMINISTA NA HISTÓRIA.

De acordo com Rodrigo Santos de Oliveira (2011) a utilização da imprensa como fonte de pesquisa para o ofício do historiador é um fenômeno recente dentro da historiografia. Segundo Luca (2011), ainda na década de 1970, eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisa. Luca (2011) destaca que já havia uma preocupação em escrever a história da imprensa, mas relutava-se em escrever uma história por meio da imprensa. Contudo, essa concepção do uso do jornal como fonte, aos poucos, foi sendo superado, produto de um empenho para se repensar a história, suas dificuldades, enfoques e objetos.

Segundo Luca (2008) um campo temático que corrobora para a afirmação dos usos da imprensa na pesquisa histórica, é o dos estudos de gênero, que se constitui num dos mais dinâmicos da historiografia contemporânea brasileira, responsável por periódicos acadêmicos, centros de documentação e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação.

Cumprir destacar os trabalhos de Dulcília Buitoni, que no início da década de 1980 já evidenciavam as potencialidades da imprensa para a apreensão do lugar reservado às mulheres em diferentes épocas. Com abordagem propriamente historiográfica, Joana Maria Pedro percorreu a imprensa de Desterro/Florianópolis entre 1880 e 1920 e compôs um vivo quadro dos estereótipos construídos sobre mulheres "honestas" e "faladas"; imagens essas que ganham rigor na medida em que são analisadas e articuladas a contextos e conjunturas específicas. (LUCA, 2008, p. 126).

Para Oliveira (2011) o jornal é uma das principais fontes de informação histórica e, assim, deveria merecer atenção dos historiadores. Contudo, deveria ser considerado um documento suspeito no tocante à sua credibilidade, pois o pesquisador está obrigado a estar atento, visto que tal fonte não é isenta. Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades.

No momento em que seleciona, hierarquiza e prioriza esta ou aquela informação – a partir de critérios subjetivos –, o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva construção, que dá destaque ao papel do jornalista como agente significativo na criação de fatos históricos. Segundo Oliveira (2011) o texto é uma narrativa intencional, uma produção de sentido, não um conjunto de verdades. Assim, o historiador, ao interpretar o conteúdo discursivo, tem de considerar contingências sociais e políticas do momento específico da sua produção e a interpretação individual de quem escreve, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico.

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo disfarçado. (LAPUENTE, 2015, p. 6).

De acordo com Luca (2008) o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, portanto, será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação, que é o que pretendemos fazer aqui, também apresentando uma proposta para o ensino de História, que faz uso de um periódico como fonte histórica e um objeto de aprendizagem, que além do feminismo, expresse a Espanha no período da transição democrática.

Luca (2008) afirma que o papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, na condição de espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.

É necessário destacar a importância da imprensa feminista em nossa pesquisa. Porém diante do desafio em encontrar referências bibliográficas que explanem sobre este tema na Espanha, que é o nosso objeto de estudo, optamos por abordar autoras brasileiras que problematizam este veículo da imprensa.

De acordo com Ramos e Duarte (2016) é evidenciado a quase invisibilidade do periodismo feminino nas obras relativas à história da imprensa e foram os jornais os primeiros veículos utilizados pelas escritoras feministas, que pensavam questões políticas de seu tempo, e que usaram a imprensa para se manifestar e se posicionar politicamente, tornando os jornais espaços valiosos de divulgação e de resistência, onde se empenharam em conscientizar as leitoras de seus direitos à educação, à propriedade, ao voto e ao trabalho, e contestaram o mandonismo patriarcal e o comportamento domesticado das mulheres.

Para Woitowicz (2012), a história do feminismo está entrelaçada com a história da mídia alternativa, uma vez que as mulheres desde cedo perceberam a necessidade de se fazerem ouvir, apostando em um discurso combativo que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e na conquista da cidadania. Para Woitowicz (2012), a ideia de mídia alternativa não contempla apenas o aspecto de

oposição política, mas também outras expressões de diferentes grupos sociais que buscam manifestar ideias, projetos e lutas por meio da comunicação. O que se mantém, contudo, é o significado que tais produções assumem na defesa da liberdade de expressão das minorias sociais e do direito de comunicar como parte das lutas pela cidadania.

É a partir da necessidade de instaurar o diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista vai buscar seu fortalecimento e representatividade, na tentativa de aprofundar as relações democráticas. Neste espaço, a imprensa alternativa vai atuar como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade.

Para além de uma lógica meramente instrumental, a mídia ocupa um lugar central na resistência às múltiplas formas de opressão, em que se destaca o papel dos meios como instrumentos de articulação das lutas das mulheres. Portanto, é necessário entender a mídia produzida pelo movimento feminista como mídia alternativa, na medida em que as feministas construíram um espaço de discursos contra-hegemônicos, que atuam em uma lógica de contrainformação, promovendo o debate e apresentando as reivindicações das mulheres.

Segundo Woitowicz (2012), importantes temáticas feministas – como liberdade sexual, igualdade de direitos e de oportunidades, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, entre outras – encontram eco no espaço de jornais feministas, embora nem sempre tratadas de forma consensual. Em nossa pesquisa para compreender estas abordagens, foram recuperados alguns textos publicados no periódico *Vindicacion Feminista*, sobre o movimento feminista, a participação das mulheres na política e no mercado de trabalho, de modo a compor um cenário que denuncia a desigualdade da mulher, oferecendo indícios para compreender as relações de gênero e a aceitação (ou não) das diferenças no referido momento histórico.

De acordo com Luca (2008) o impresso revista merece ser analisado com vagar, pois o gênero aos poucos se individualizou em face de outras formas de impressos periódicos. Pode-se supor que tal uso cumpria função estratégica: diante do relativamente míngua público leitor/consumidor, o sucesso do negócio revista dependia de se conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados, que permitia incluir de tudo um pouco e pretendia exercer, também, uma ação pedagógica informal.

De acordo com Bitencourt (2004) o importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial. A veiculação das notícias e informações, com ou sem análise por parte dos jornalistas, precisa ser aprendida em sua ausência de imparcialidade, para que se possa realizar uma crítica referente aos limites do texto e aos interesses de poder implícitos nele.

A partir da leitura bibliográfica evidenciou-se que *Vindicacion Feminista* não compunha a grande imprensa. Tratava-se de uma revista feita por profissionais militantes, que produziam um conteúdo posicionado feminista, por cujas páginas puderam ser encontrados, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, que se constituíam em instrumento essencial de politização, criavam-se diferentes projetos de futuro e cumpria função estratégica na difusão dos valores feministas.

Com base em um levantamento feito nos arquivos de *Vindicacion Feminista*, ao longo do trajeto da 1.^a à 12.^a edição, foram analisadas para produção do objeto de aprendizagem as artes gráficas da revista, suas capas, fotografias, imagens e charges. Pois muitas delas questionaram os lugares impostos como naturais às mulheres, bem como tencionaram as categorias biologizantes de mulher e de feminilidade, por meio do uso do humor e da ironia. Principalmente, a partir do uso de charges e tirinhas, esse periódico trouxera uma visão crítica e, muitas vezes ácida, sobre temas socialmente vistos como “naturalmente femininos”, a exemplo do trabalho doméstico.

Conforme afirma Oliveira (2017) o recurso às artes gráficas cômicas e satíricas pelas feministas, como estratégia para problematizar as opressões, foram utilizadas por vários periódicos feministas que tinham o riso como um mecanismo de distorcer os padrões normativos de gênero e criticar papéis e lugares ditos como “essencialmente femininos”.

Assim como a imprensa, as artes gráficas têm se apresentado como uma importante fonte para o campo da história. Por meio da análise de caricaturas e charges publicadas nos mais diferentes periódicos, podemos perguntar pelo papel destas na construção de estereótipos sobre possíveis “inimigos nacionais” ou ainda sobre o imaginário permeado por visões preconceituosas sobre determinados povos e culturas. (OLIVEIRA, p. 70, 2017).

Nosso objetivo foi analisar em que medida as artes gráficas, utilizadas por *Vindicacion Feminista*, tiveram uma função subversiva, constituindo uma estratégia política na defesa e visibilidade da agenda do movimento e da desconstrução de discursos essencialistas sobre o feminino. Verificou-se que *Vindicacion Feminista*, por meio de suas matérias e artes gráficas, ironizou as “regras” de condutas ditadas às mulheres por diversas questões que perpassavam o cotidiano feminino, à participação política partidária. Buscando chocar, por meio das imagens, cenas que pareciam comuns no cotidiano feminino. Entre elas, as discussões relativas às opressões femininas no âmbito doméstico e familiar tiveram destaque. Deste modo, o periódico abordou a inserção da mulher no mercado de trabalho, a educação da mulher, a valorização e socialização do trabalho doméstico, a alteração do código civil como caminhos possíveis para

a emancipação feminina. A satirizar a naturalização do espaço doméstico e da maternidade como atributos constitutivos de uma feminilidade intrínseca.

3.4 APRESENTANDO O PERIÓDICO *VINDICACION FEMINISTA*.

Segundo Menéndez (2019) com a morte de Franco, mesmo com a Lei de Imprensa de 1966 ainda em vigor, grande parte da sociedade e a imprensa passaram a se comportar como se as limitações da liberdade de expressão tivessem sido abolidas. No campo editorial, os esforços também foram muitos e variados. O que possibilitou o surgimento de publicações até então proibidas:

Del año 1976 al año 1979 surgieron al menos siete revistas que perseguían el objetivo de convertirse en un medio informativo impreso al servicio de la liberación de la mujer, pero no debemos engañarnos a propósito de su incidencia. En algunos casos, como ocurrió con la Revista La Mar (1977), sólo llegaron a publicarse dos números, en otros como sucedía con Dones en Lluita (1978) o Leïhoa (1976) eran ediciones destinadas a un ámbito de difusión circunscrito a la nacionalidad catalana o vasca; en otros, como en el caso de Mujeres Demócratas (1978) estaban claramente vinculadas a una opción política concreta. Así pues, a comienzos de 1977 solamente existían dos revistas feministas con vocación estatal y afán por pervivir Opción (1976) y Vindicacion Feminista (1976). (LARUMBE, 2009, p. 18).

Dessa forma a *Vindicacion Feminista* foi fundada em 1976 por Lidia Falcón e Carmen Alcalde e contava com um extenso número de colaboradoras, escritoras e intelectuais renomadas que colaboraram com mais ou menos regularidade nas páginas da publicação. De acordo com Luca (2008) uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo espaço de sociabilidade, pois jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.

Ao realizar pesquisas bibliográficas sobre a *Vindicacion Feminista*, nos deparamos com inúmeras biografias de Lúdia Falcon. Para Taillot (2016) ela é a madrinha do feminismo na Espanha, figura polêmica, considerada de um ramo radical por ter rompido com o partido comunista espanhol para se tornar pioneira do feminismo no período da transição democrática espanhola. A fundadora de *Vindicacion Feminista* usava um discurso que combinava transgressão, recuperação e autolegitimação, pois reivindicou um feminismo “genético” que trazia relações de continuidade entre as duas primeiras ondas do feminismo na Espanha, por suas alusões recorrentes à luta por emancipação da mulher liderada no primeiro terço do século

XX por sua avó Regina de Lamo (1870-1947), sua mãe Enriqueta O'Neill de Lamo (1909-1972) e sua tia, Carlota O'Neill (1905-2000).

Menéndez (2019) afirma que a jornalista Carmen Alcaide (1936), fundou a *Vindicación* juntamente com Lidia Falcón e foi sua diretora. Em 1965 ela fundou e dirigiu o semanário *Presència* e colaborou com as revistas *Triunfo*, *Cuadernos para el Diálogo*, *Destino*, *Blanco y Negro* e *La Calle*. Após o fim de *Vindicacion Feminista* ela se tornou chefe de seção do *Diário Feminino* e em 1982 começou a trabalhar como subdiretora do *Magazín Actual* e nos anos seguintes foi editora chefe do *Diário de Barcelona*. Também publicou várias investigações como *Mulheres na Guerra Civil Espanhola* (1981), *Como ler um jornal* (1981) e uma biografia de *Federica Montseny* (1983). Em 2000 recebeu o Prêmio Jornalístico *Rosa del Desert* e em 2005 o Prêmio de *Honra de Comunicação do Conselho Provincial de Barcelona*.

Tivemos acesso à nossa fonte de pesquisa de forma digital, sendo que os arquivos estavam em bom estado e bastante legíveis, o que leva a crer que foi digitalizado de uma coleção preservada, sendo que cada arquivo individual tem aproximadamente 30 MB de tamanho e possui 63 páginas. Devido ao grande número de exemplares desse periódico, por ele ser extenso em número de páginas e possuir múltiplas possibilidades de abordagem, optamos pela análise apenas do primeiro ano de circulação da revista de 1976 a 1977 contabilizando 12 edições. A justificativa desse recorte está atrelada ao interesse de trabalhar nessa pesquisa a participação ativa das mulheres na redemocratização da Espanha e por esse contexto, estar ligado ao primeiro momento da transição, logo após a queda da ditadura de Franco.

Há um grande número de reportagens assinadas por colaboradoras feministas, pela *Vindicacion feminista* e por variados coletivos feministas espanhóis, em que se observou a preocupação da revista de que todas as matérias fossem assinadas. Também fazia a divulgação de grupos de apoio feministas e partidos feministas independentes. Menéndez (2019) afirma que a revista foi lançada regularmente, de julho de 1976 a Julho de 1979, sem alterar basicamente seu formato nem seu conteúdo e oferecendo colaborações de empresas reconhecidas em suas páginas. Em nossa análise ficou evidente que havia poucas publicidades na revista, e que os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas feministas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas.

Vindicacion Feminista tinha uma marca que a distinguia de outras publicações da época, já que foi criada e pensada não só como veículo de informação, mas também de educação e comunicação dirigida e realizada por e para mulheres; fato que até os dias de hoje, permanece raro tanto no jornalismo quanto no mundo editorial. Para Menéndez (2019) *Vindicacion*

Feminista é uma referência para se entender o feminismo espanhol durante a Transição e a importância do momento histórico em que a manchete feminista ganhou as ruas é indiscutível. Não o fez com indiferença, *Vindicacion Feminista* nasceu com a aspiração de participar do debate político do momento com as reflexões e propostas do movimento feminista, com a crítica a um patriarcado herdado do período franquista que se recusou a desaparecer enquanto o resto do sistema político da ditadura o fez. Se propôs a promover uma ruptura brusca com a desigualdade feminina intrínseca ao franquismo, tratando extensivamente de temas que só timidamente começaram a ser introduzidos em outras revistas durante a transição democrática, como a sexualidade feminina, incluindo a homossexualidade, a prostituição e o aborto. As notícias cotidianas eram dissecadas criticamente e de uma perspectiva feminista, o que sempre colocou a *Vindicacion Feminista* no centro da polêmica e lhe rendeu a animosidade de um sistema político que estava se reformando, embora permanecesse patriarcal.

Larumbe (2009) aponta que uma das maiores dificuldades foi fazer com que as mensagens e propostas feministas chegassem às mulheres e à sociedade como um todo. Era preciso criar um veículo de comunicação de grande abrangência, para propor e levar discussões a respeito da condição feminina. Resolver essa questão básica foi fundamental para cumprir uma agenda repleta de demandas e desses esforços nasceu a *Vindicacion Feminista*.

Em seu primeiro número a *Vindicacion* fez uma apresentação afirmando que diante do vazio dos meios de informação dedicados a mulher, se fazia necessário criar um espaço de troca e informação aberto às diversas tendências do feminismo de segunda onda:

Vindicación se propone cubrir el vacío de los medios informativos dedicados a la mujer. Tratar con dignidad sus problemas específicos e promoción laboral y profesional, deficientes de la legislación civil y penal vigentes, todas las dificultades derivadas de una infraestructura inadecuada para la mayor participación de la mujer em el trabajo asalariado. Discutir, a través de una correspondencia y de un dinámico intercambio informativo, entre las lectoras y nosotras, las situaciones más conflictivas en la familia. Informar, y recibir información, sobre, y de, los movimientos de liberación de la mujer em todo el mundo. Analisar los temas de actualidad política y cultural que nos afecten, de una u de otra forma. (VINDICACION FEMINISTA, 1976, s/p).

Para Larumbe (2009) a revista soube relatar como nenhuma outra publicação o que se passava na vida das mulheres graças à proposta emancipatória do feminismo. Destaca que, do ponto de vista crítico, a revista analisou de forma rigorosa e radical os acontecimentos cotidianos desse difícil e único processo vivido na Espanha para transformar uma ditadura em uma democracia social e política. A Lei da Reforma e o referendo para a sua aprovação, a Constituição, as primeiras eleições gerais e municipais, as greves, conflitos e reivindicações

que marcaram aqueles anos, o que foi dito e feito pelos partidos de direita e de esquerda não lhes foi estranho. Todas essas notícias cotidianas foram dissecadas criticamente e de uma perspectiva feminista, o que sempre colocou a *Vindicacion Feminista* no centro da polêmica e lhe rendeu a animosidade de um sistema político que estava se reformando, embora permanecesse patriarcal.

De acordo com Menéndez (2019) apesar de todas as dificuldades, principalmente jurídicas - tendo a edição de número 15 da revista sofrido ordem de sequestro e três processos judiciais -, pelo seu espírito crítico em relação à Constituição ou a forma de Estado, a *Vindicacion Feminista* foi uma referência do feminismo durante a Transição.

Segundo Gila (2019) a revista *Vindicacion Feminista* foi a maior expoente da imprensa feminista nos anos 70, tanto pela sua tiragem, que em alguns meses chegaram a 35.000 exemplares, embora a média geralmente fosse cerca de 15.000. Quanto pela sua qualidade gráfica e o seu conteúdo, analisando com ironia e profundidade todas as questões que preocupavam as mulheres, sem deixar de lado o olhar sarcástico às críticas à atual situação política do país e às vicissitudes que estavam ocorrendo.

A revista *Vindicacion Feminista* foi um verdadeiro marco neste tipo de campo. Quando analisamos as notícias e artigos dedicados à informação nacional, podemos observar como a revista aderiu à jornada particular da Transição, fazendo um acompanhamento pontual da evolução política do país nos conflitos do momento. A revista soube como manter uma atitude crítica em relação às questões, então polêmicas como a própria elaboração da Constituição, a forma de Estado, a Lei da Reforma, as sucessivas eleições, plebiscitos e referendos, o que lhe rendeu a animosidade de um sistema político que se reformou enquanto permanecia patriarcal.

Para análise deste periódico feminista foi considerado os principais aspectos técnicos, enfatizando, as temáticas predominantes que no caso de *Vindicacion Feminista* foram “A educação da mulher” e o “Trabalho Doméstico” e o modo como elaboram os seus discursos, que prevaleceu pelas metodologias marxista. Há na revista uma coluna denominada “Polêmica: A mulher é uma classe”, presente em cada edição, com o objetivo de explicar de forma didática, porque as mulheres deveriam ser consideradas como uma classe, como se evidencia no trecho retirado da edição de número 5: “*La mujer constituye una clase. Ninguna opresión existe porque sí, sino que viene siempre determinada por una causa económica; en el caso de la mujer, el papel que se le asigna en la unidad económica familiar, constituye la primera causa de su explotación. Esto diferencia a la mujer del hombre*”. (VINDICACIÓN FEDEMINISTA N5, p.46 , 1976).

Para Gila (2019) o projeto feminista da revista *Vindicacion*, foi claramente parte de uma linha internacionalista que se conecta com os slogans da época: “Mulheres do mundo, uni-vos!” que parte de uma concepção e visão marxista das mulheres como uma classe econômica oprimida - à qual será adicionado o componente da opressão sexual-reprodutiva. Segundo Gila (2019) *Vindicacion Feminista* aspirou se tornar não só porta-voz dos feminismos do Estado espanhol, mas também plataforma de contato entre organizações e grupos de diferentes nacionalidades. Seções e colunas da revista como "Mulheres do Mundo", "Internacional" ou entrevistas com renomadas ativistas internacionais, com o objetivo de relatar o que estava acontecendo além das fronteiras, bem como para colocar em contato grupos e coletivos.

Sobre as características de ordem material é possível analisar que toda a revista foi produzida em preto em branco, sendo que só as publicidades são coloridas. A estruturação e divisão do conteúdo da revista é dividida nas seguintes colunas: Editorial, Sumário, Cultura e Cine, Nacional, Internacional, TV e Hemeroteca. Em seu estudo Larumbe (2009) aponta que na distribuição entre os temas dos artigos publicados na revista a cultura foi o tema com mais peso do que qualquer outra área e até mesmo acima do feminismo. Verificou-se também que a área internacional tem uma presença igual, pelo menos, à nacional e se destacam as áreas da legislação e do trabalho, áreas onde as mudanças mais importantes ocorreram nos anos da Transição.

De acordo com Larumbe (2009), a publicação de *Vindicacion Feminista* foi o meio que propagou a voz do feminismo na Espanha de forma mais clara e cuja influência gerou uma mudança notável nos comportamentos, atitudes e valores de todas as áreas da sociedade. Em nossa análise podemos perceber que foi no campo do social e no campo das mentalidades, no campo do aparentemente intangível, onde o feminismo deixou sua marca mais profunda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa analisando como a imprensa feminista na Espanha questionou e refletiu sobre as assimetrias de gênero e os discursos biologizantes que naturalizavam identidades e papéis culturalmente atribuídos às mulheres. Em que foi possível concluir por meio da fonte histórica *Vindicacion Feminista* que as principais reivindicações feministas no período da transição, giraram em torno de repensar a educação das mulheres e a valorização do trabalho doméstico, creditando principalmente em uma nova cultura como meio de transformação para a realidade feminina.

A abordagem articulada das temáticas propostas em nosso objeto de aprendizagem teve como objetivo disseminar práticas pedagógicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação, desencadeando ações que tivessem como objetivo educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à violência sexista.

Ribeiro e Quadrado (2010) afirmam que no intuito de reverter o quadro de discriminações que demarca a condição feminina, organizações feministas e de mulheres de diversas partes do planeta construíram uma história de mobilizações em seus países e junto à Organização das Nações Unidas - ONU - que beira quatro décadas. Tal protagonismo, materializado em negociações de alcance local, nacional, regional e internacional, mantém constante a defesa da cidadania feminina e impinge a compreensão das mulheres enquanto sujeitos de direitos e prioridade da ação pública e política. Entendimento gerado e retroalimentado em sucessivas conferências e convenções nas Nações Unidas, gerais ou sobre mulheres, e registrado na redação de planos, acordos, tratados e pactos globais.

À vista disso, as autoras ponderam que a efetividade da cidadania feminina ainda carece do fortalecimento e da implementação de direitos conquistados - tarefas que entendem como desafio permanente do feminismo, cujo empenho deve focar padrões normativos mais igualitários e a transversalidade de gênero nas políticas públicas. Resultados a serem buscados para assegurar “que a questão dos direitos de cidadania das mulheres e as condições para seu exercício constituam questões centrais de democracia, e não apenas questões das mulheres”.

Segundo Menéndez (2019) os temas das matérias de *Vindicacion Feminista* ainda fazem parte da agenda política da Espanha do século XXI. Mas, além disso, muitas reivindicações como a violência de gênero e os direitos de lésbicas e gays tiveram um desenvolvimento legislativo pioneiro na Espanha, com relação ao restante do mundo, graças às contribuições de *Vindicación Feminista*.

Segundo Larumbe (2009) a reivindicação de uma lei de divórcio foi uma das grandes campanhas que o movimento feminista levou adiante. As primeiras vozes que foram levantadas publicamente a favor deste direito foram as jornalistas Carmen Alcalde e Lidia Falcón que, desafiando a regra do silêncio, organizaram debates e monografias sobre o assunto tabu para a Espanha de Franco. Durante a Transição, o feminismo não cedeu essa luta até a aprovação da Lei do Divórcio em 7 de julho de 1981. Embora tenha sido considerada insuficiente pelas organizações feministas, não há dúvida de que sem sua atuação perseverante e sem suas críticas, sua redação final teria sido mais restritiva.

Em relação às medidas adotadas contra a violência de gênero, é possível dizer que, depois de quase trinta anos desde que as feministas a denunciaram publicamente, Larumbe (2009) afirma que embora haja uma consciência social maior, o Estado espanhol ainda hoje não tem conseguido garantir proteção genuína às mulheres contra seus agressores, embora estejam sendo feitos esforços e medidas jurídicas muito importantes que foram adotadas, como a Lei Abrangente contra a Violência de Gênero, que está dando resultados positivos, mas insuficiente, e a recente Lei da Igualdade, aprovada em 23 de março de 2007. Para Larumbe (2009) talvez o melhor exemplo deste fenômeno complexo que é a influência de *Vindicacion Feminista*, foi ter alcançado uma revolução na consciência de mulheres e homens que não tiveram contato direto com o movimento feminista durante a transição.

REFERÊNCIAS

Fonte Histórica:

Vindicacion Feminista. Barcelona, 1976-1979.

Bibliografia:

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular.** Brasília, BR: MEC, 2018.

COLLING, Ana Maria. Gênero e história. Um diálogo possível?. **Contexto Educação**, Unijuí, n. 71/72, p. 29–43, 2004.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 53, p. 295-314, 2015.

COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de história. **Fronteiras e Debates**, Macapá, n. 1, p.159-175, 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história.** Campinas, SP: Editora Papirus, 2003.

GILA, Claudia Jareño. Los fondos de Lidia Falcón: un archivo para la historia del movimiento feminista desde los 60. **Investigaciones Feministas**, Madri, n. 10, p. 133-147, 2019.

GUTIÉRREZ, Sara Martín; GRECCO, Gabriela de Lima. Literatura antimordaça: escritoras e escritas silenciadas durante o franquismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 70, p. 318-337, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In*: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológico. **Alcar**, Porto Alegre, n. 10, p. 1-12, 2015.

LAMELAS, Guillermo Fiscer. El feminismo español em la segunda mitad del siglo XX. **Clases Historia**, Barcelona, n. 48, p. 1-15, 2013.

MARIANO, Fátima. O despertar do feminismo político na Península Ibérica. **Historia**, Rio Grande, n. 2, p. 201-217, 2017.

MARINHO, Analice Alves. A memória e o ensino de história: a experiência espanhola entre a ditadura e a democracia (1939-2000). *In*: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA, 4., 2014, Aracaju. **O cinquentenário do golpe de 64**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014, p. 1-20.

MENÉNDEZ, Nuria Varela. Vindicacion feminista: un caso paradigmático de exclusión en la historia del periodismo en España. **Historia y Comunicación Social**, Barcelona, n. 24, p. 7-28, 2019.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de educação de Minas Gerais. **Currículo referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEEMG, 2020. Disponível em: <<https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>> Acesso em: 14/02/2022.

MONTERO, Justa. Movimiento feminista: una trayectoria singular. **Mientras Tanto**, Barcelona, n. 91, p. 107-121, 2004.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e chanacomchana (1981-1985). **Domínios da Imagem**, Londrina, n. 21, p. 67-92, 2017.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808 – 1930). **Historiare**, Rio Grande, n. 2, p. 125-142, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, n. 1, p. 77–98, 2005.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Dossiê: história das Mulheres no Ocidente. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

RAMOS, Paula da Silva; DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX - Dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. **Gênero e diversidade na escola: notas para a reflexão da prática docente**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de oliveira Rovai; MEDEIROS, Kenia Gusmão. Saberes, experiência e diálogos: ensino de história, gênero e história pública. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, n.1, p. 138-153, 2021.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

TAILLOT, Allison. Féminisme et générations en Espagne: le féminisme génétique de Lidia Falcón. **Hispanismes**, Paris, n. 8, p. 179–191, 2016.

TELES, Maria Amália de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do feminismo**. Blogs de ciência da Universidade Estadual de Campinas: mulheres na Filosofia, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em:
<<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/2021/03/17/ondas-do-feminismo/>>
Acesso em: 03/03/2023.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Revista Ação Midiática**, Curitiba, n1, p. 1-18, 2012.